



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS V - MINISTRO ALCIDES CARNEIRO  
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS  
CURSO DE BACHARELADO EM ARQUIVOLOGIA**

**JULIANA FERREIRA DE VASCONCELOS**

**ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE AS ATAS E O RELATÓRIO DA SANTA  
CASA DE MISERICÓRDIA DA PARAÍBA DE 1860**

**João Pessoa  
2018**

**JULIANA FERREIRA DE VASCONCELOS**

**ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE AS ATAS E O RELATÓRIO DA SANTA  
CASA DE MISERICÓRDIA DA PARAÍBA DE 1860**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Arquivologia da Universidade Estadual da Paraíba, Campus V, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharela em Arquivologia.

**Área de concentração:** Diplomática e Paleografia.

**Orientador:** Prof. Dr. Josemar Henrique de Melo

**JOÃO PESSOA**

**2018**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

V331a Vasconcelos, Juliana Ferreira de.  
Análise comparativa entre as atas e o relatório da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba de 1860 [manuscrito] : / Juliana Ferreira de Vasconcelos. - 2018.  
69 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2018.

"Orientação : Prof. Dr. Josemar Henrique de Melo, Coordenação do Curso de Arquivologia - CCBSA."

1. Ata administrativa. 2. Relatório de Provedoria. 3. Santa Casa de Misericórdia da Paraíba. 4. Análise diplomática. 5. Análise tipológica.

21. ed. CDD 025.341 4

JULIANA FERREIRA DE VASCONCELOS

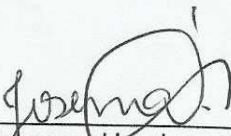
**ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE AS ATAS E O RELATÓRIO DA SANTA  
CASA DE MISERICÓRDIA DA PARAÍBA DE 1860**

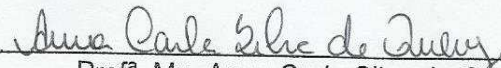
Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Arquivologia  
da Universidade Estadual da Paraíba,  
como requisito parcial à obtenção do  
título de Bacharela em Arquivologia.


Área de concentração: Diplomática e  
Paleografia.

Aprovada em: 11/06/2018.

**BANCA EXAMINADORA**

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Josemar Henrique de Melo (Orientador)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

  
\_\_\_\_\_  
Profª. Ma. Anna Carla Silva de Queiroz  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

  
\_\_\_\_\_  
Profª. Ma. Nereida Martins Soares  
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

A Deus, meu companheiro de todas as horas, a minha família e, em especial minha avó Maria da Luz de Lima (in memoriam) a qual, sempre incentivou aos seus filhos a estudar e ao meu avô, Fernando Ferreira da Silva (in memoriam), pela pessoa maravilhosa que foi. Dedico.

## **AGRADECIMENTOS**

A princípio, agradeço a Deus por ter iluminado minha vida, me proporcionando oportunidades e me guiando em cada decisão que deveria tomar. Minha eterna gratidão.

A minha família, que é tudo na minha vida, mas principalmente aos meus pais, Maria e Antônio, e a minha irmã Julianne que me incentivou, apoiou ajudou e, me deu forças para que eu nunca desistisse. Obrigado pelo amor de vocês.

Ao meu professor orientador Josemar Henrique de Melo, por me aceitar como sua orientanda; pela paciência e confiança em mim depositada, além da compreensão e do incentivo para que eu, escrevesse essa monografia. Minha eterna admiração.

As minhas amigas de caminhada acadêmica Eliane Linhares, Marta Araújo, Analécia Sales e Gerlane Farias, pois sempre que precisei de ajuda, estavam prontas a ajudar, me auxiliando a obter o conhecimento adquirido durante todo esse processo.

A todos de minha turma, pelo conhecimento compartilhado, pelas risadas que tivemos, pelos momentos de tensões que passamos e, por todos os momentos especiais que vivemos durante esses anos.

Ao administrador João Batista e todos da equipe da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba que me acolheram de braços abertos e cederam plena confiança para meu livre acesso ao acervo da instituição.

Por último, agradeço a banca de avaliação formada pelo meu orientador Josemar Henrique, a quem agradeço a disponibilidade da orientação, e às professoras Anna Carla Silva e Nereida Soares, as quais agradeço a leitura do meu trabalho e a presença em um momento tão importante de minha vida acadêmica.

Que os vossos esforços desafiem as impossibilidades, lembrai-vos de que as grandes coisas do homem foram conquistadas do que parecia impossível.

(Charles Chaplin)

## RESUMO

Durante o século XIX, a Santa Casa de Misericórdia da Paraíba (SCM-PB) teve um papel relevante para a população paraibana. Sua história está gravada nos documentos pertencente ao Arquivo Permanente da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba (APSCM-PB). Grande parte desses documentos se encontram manuscritos, a exemplos das Atas Administrativas e do Relatório de Provedoria que relatam a movimentação da instituição. Neste sentido, a pesquisa buscou compreender as informações da Ata Administrativa e o Relatório de Provedoria da Santa Casa no ano compromissal de 1860. A pesquisa, classificada como de natureza básica, teve uma abordagem qualitativa, cujas finalidades foram descritivas. O levantamento de dados fez uso do método bibliográfico e documental, sendo que a análise diplomática foi utilizada a técnica da paleografia e da análise comparativa. O estudo apresentou como fundamentação teórica a Diplomática e a Paleografia. A análise comparativa permitiu a compreensão de que as atas e os relatórios da Santa Casa se complementam, já que as atas trabalham com o dia a dia, com as questões dos problemas diários e semanais da instituição e, ainda são mais funcionais, enquanto que os relatórios são as súmulas dos fatos ocorridos durante o ano compromissal. Assim sendo, se faz importante que o pesquisador durante sua pesquisa, faça leituras em ambas as tipologias/espécies citadas acima, pois existem informações que só encontraremos na ata ou no relatório. E por fim, esperamos que a pesquisa venha impulsionar um novo ponto de vista sobre o acervo, a partir da análise proposta neste trabalho.

**Palavras-chave:** Ata Administrativa. Relatório de Provedoria. Santa Casa de Misericórdia da Paraíba. Análise Diplomática e Análise Tipológica.



## **ABSTRACT**

During the XIX century, the Santa Casa de Misericórdia of Paraíba (SCM-PB) played a relevant role for the population of Paraíba. Its history is recorded in the documents belonging to the Permanent Archive of Santa Casa de Misericórdia of Paraíba (APSCM-PB). Most of these documents are handwritten, for example, the Administrative Records and the Ombudsman's Report that report on the movement of the institution. In this sense, the research sought to understand the information of the Administrative Minutes and the Report of Provedoria of Santa Casa in the commitment year of 1860. The research, classified as of basic nature, had a qualitative approach, whose purposes were descriptive. The data collection made use of the bibliographical and documentary method, and the diplomatic analysis was the technique of paleography and comparative analysis. The study was based on Diplomacy and Paleography. The comparative analysis allowed us to understand that Santa Casa's minutes and reports complement each other, since the minutes work with the day-to-day issues of daily and weekly problems of the institution and are even more functional, while the reports are the overviews of the events that occurred during the commitment year. Therefore, it is important that the researcher during his research, make readings in both typologies / species mentioned above, because there is information that will only be found in the minutes or in the report. And finally, we hope that the research will impel a new point of view on the collection, from the analysis proposed in this work.

**Keywords:** Administrative Minutes. Ombudsman Report. Santa Casa de Misericórdia of Paraíba. Diplomatic Analysis and Typological Analysis.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1:</b> Organograma da Estrutura Administrativa da SCM-PB de 1858 a 1870.....	41
<b>Figura 2:</b> 4º volume do Livro das Atas das Sessões da Mesa da Santa Casa de Misericórdia de 1853 a 1860.....	44
<b>Figura 3:</b> Termo de Abertura da Ata Administrativa.....	44
<b>Figura 4:</b> Documento do 4º volume do Livro das Atas das Sessões da Mesa da Santa Casa de Misericórdia de 1853 a 1860.....	46
<b>Figura 5:</b> 4º volume do Livro de Atas escrivão João Rodrigues Chaves.....	46
<b>Figura 6:</b> 4º volume do Livro de Atas servido de escrivão Serviano Elyzio de Souza Gouvea.....	47
<b>Figura 7:</b> Documento 2º volume do Relatório dos Provedores da Santa Casa da Paraíba de 1860.....	47
<b>Figura 8:</b> Livros de Atas.....	49
<b>Figura 9:</b> Aspecto interno do Livro de Atas Administrativas dos anos 1853 a 1860.....	49
<b>Figura 10:</b> Ata do dia 24 de julho que relata da necessidade do reparo da Igreja.....	54
<b>Figura 11:</b> Relatório de Provedoria que aborda a necessidade do reparo da igreja.....	54
<b>Figura 12:</b> Ata do registro da visita do imperador D. Pedro II.....	55
<b>Figura 13:</b> Relatório de Provedoria início do relato da visita de D. Pedro II.....	55
<b>Figura 14:</b> Ata do dia 31 de dezembro registro da doação do imperador D. Pedro II para Santa Casa.....	56
<b>Figura 15:</b> Relatório de Provedoria o relato da doação de D. Pedro II para Santa Casa.....	56
<b>Figura 16:</b> Ata da nomeação dos cargos da mesa administrativa da Santa Casa.....	59
<b>Figura 17:</b> Relatório de Provedoria da visita da imperatriz a igreja da Santa Casa de Misericórdia.....	59
<b>Figura 18:</b> Ata do dia 10 de julho o Provedor nomeia uma comissão.....	60

<b>Figura 19:</b> Relatório de Provedoria mostrando o aumento dos doentes tratados pelo hospital de caridade.....	60
<b>Figura 20:</b> Ata do dia 24 de julho petição do arrendamento.....	61
<b>Figura 21:</b> Relatório de Provedoria a porcentagem da mortalidade.....	61
<b>Figura 22:</b> Ata do dia 14 de agosto do abono de vinte mil reis.....	62
<b>Figura 23:</b> Relatório de Provedoria apresentado o patrimônio e arrecadação.....	62
<b>Figura 24:</b> Ata do dia 11 de dezembro o relato do Mordomo do cemitério do abondo do serviço contratado.....	63
<b>Figura 25:</b> Relatório de Provedoria mostra o procurador geral relatando três pendencias em juiz.....	63
<b>Figura 26:</b> Ata o irmão tesoureiro prestando conta semanal.....	64
<b>Figura 27:</b> Relatório de Provedoria o relato do balanço e orçamento geral da Santa Casa.....	64

## LISTA DE QUADROS

- Quadro 1:** 4º volume do Livro de Atas das Sessões da Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de 1853 a 1860.....43
- Quadro 2:** Documento do o 4º volume do Livro das Atas das Sessões da Mesa Administrativa da Santa Casa de Misericórdia de 1853 a 1860.....45
- Quadro 3:** Documento do 2º volume do Relatório dos Provedores da Santa Casa da Paraíba de 1860.....48
- Quadro 4:** Informações semelhantes entre as Atas Administrativas do ano compromissal de 1859 a 1860 e o Relatório de Provedoria de 1860.....53
- Quadro 5:** Diferenças entre as Atas Administrativas do ano compromissal de 1859 a 1860 e o Relatório de Provedoria de 1860.....57

## Sumário

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	14
1.1 OBJETIVOS.....	16
1.1.1 Objetivo Geral.....	16
1.1.2 Objetivo Específico.....	16
<b>2 A INSTITUIÇÃO DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DA PARAÍBA</b> .....	18
<b>3 METODOLOGIA</b> .....	24
<b>4 REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	28
4.1 Diplomática.....	28
4.2 Paleografia.....	34
<b>5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS</b> .....	39
5.1 A estrutura administrativa da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba de 1860.....	39
5.2 Análises Diplomáticas e Análises Tipológicas das Atas Administrativas do ano compromissal de 1859 a 1860 e do Relatório de Provedoria de 1860.....	42
5.3 Análises comparativas entre as Atas Administrativas do ano compromissal de 1859 a 1860 e o Relatório de Provedoria de 1860.....	50
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	65
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	67

## 1 INTRODUÇÃO

Em meio ao mundo atual, observamos um fluxo contínuo e crescente de diversos tipos de informações, presentes em todos os setores sociais e apresentadas nos mais variados tipos de formatos e em suportes, de papel ou digital. Levando em conta essas afirmações, a Arquivologia apresenta como objetivo proporcionar acesso à documentação produzida e recebida pelas diferentes instituições.

Desta forma, a informação apresenta-se como “elemento fundamental para dar aos documentos o seu devido sentido, a qual precisa ser tratada, organizada e disseminada na sociedade”. (MOURA; ARAUJO, 2017, p.3). O valor auferido à informação e aos documentos ressalta a relevância do trabalho do arquivista em valorar o papel do arquivo, o qual passa a ser considerado como fonte de informação administrativa e técnica e, em consequência disso, o arquivista que atua na gestão documental assume a posição de provedor de informações para a tomada de decisões, decisões estas, que demandam informações, não em seu estado bruto, mas com elevado valor agregado (SANTOS; SOUSA, 2009).

Desse modo, os arquivos são instrumentos que precisam assegurar o controle transparente das atividades no ambiente da administração, preservando a memória e os direitos dos cidadãos, além de auxiliar na percepção do processo natural do tempo social. A função dos documentos é mais do que somente registrar informações, eles também apresentam os vínculos sociais e políticos de um período.

Neste sentido, a presente pesquisa cujo objeto de estudo se encontra no Arquivo Permanente da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba (APSCM-PB), se propõe, através do levantamento e análise do acervo custodiado pela instituição e de pesquisa bibliográfica e documental, realizar correlação das informações contidas nas Atas Administrativas e do Relatório da Provedoria de 1860, apresentando uma contextualização de produção desses documentos, fazendo a transcrição destes e identificando assim, as relações diplomáticas e tipológicas para os aspectos dos documentos, auxiliando assim, a análise comparativa.

O interesse por esse tema nasceu, juntamente com nossa aproximação com do acervo da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba (SCM-PB) que se deu através do Projeto *Arquivo da Santa Casa de Misericórdia: organização e preservação* em meados de 2014, desenvolvido pela professora Nereida Martins, no 4º período do curso de Arquivologia da UEPB. Em uma das primeiras visitas, coordenadas pelos Professores Coordenadores do projeto, sentimos um especial interesse pelos documentos custodiados pela instituição, em especial pelas Atas Administrativas e pelos Relatórios de Provedoria.

Neste contexto, surgiu o interesse de investigarmos a importância das informações existentes nas Atas Administrativas e no Relatório de Provedoria, do ano compromissal de 1860, com o intuito de compreendermos a presença ou não, de semelhanças ou discrepâncias em ambos os documentos.

É fundamental, admitir a relevância da informação/documento como ferramenta colaboradora direta para um melhor entendimento dos fatos históricos, sejam eles de origem político, social ou econômico.

Os arquivos se constituem em um centro ativo de informações, e precisam estar apropriadamente organizados e estruturados. Caso não se encontrem assim, acabam se constituindo em obstáculos para os pesquisadores que os acessam, fazendo com que estes não alcancem a informação/documento que desejam. Compreende-se, portanto, que “a função básica de um arquivo é tornar disponíveis as informações contidas no acervo documental sob sua guarda” (PAES, 2007, p.20).

Além disso é comumente dito na Arquivologia que os documentos mantêm relações com suas unidades produtoras e com outros documentos. Assim, tendo em vista esta relação mantida entre os documentos nos questionamos: É possível identificar a relação informacional existente entre as Atas Administrativas do ano compromissal de 1859 a 1860 e o Relatório de Provedoria de 1860?

Como hipótese, acreditamos que será possível correlacionar essas duas tipologias/espécies, cujo acervo se encontra, no momento, em processo de organização arquivística.

## 1.1 OBJETIVOS

### 1.1.1 Objeto Geral

- Correlacionar às informações das Atas Administrativas e do Relatório da Provedoria de 1860 no arquivo da SCM-PB.

### 1.1.2 Objetivos Específicos

- Apresentar a contextualização de produção das atas administrativas e o relatório da provedoria de 1860.
- Descrever as atas administrativas e o relatório de 1860.
- Identificar as relações a partir da diplomática e a tipologia para os aspectos dos documentos analisados.

O presente trabalho objetivou analisar as informações da Ata Administrativa e do Relatório de Provedoria da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba no ano compromissal de 1860; por meio de leituras paleográficas desses documentos e, de posse dos dados levantados, construímos quadros para proporcionar uma melhor visualização dos resultados. Além disso, foi feita a análise Diplomática e Tipológica, visando à compreensão do contexto e do processo de produção documental.

No segundo capítulo, apresentamos uma breve contextualização sobre a Santa Casa de Misericórdia, desde sua origem e a sua chegada à capitania da Paraíba, abordamos as Atas Administrativas e o Relatório da Provedoria de 1860 para a elaboração deste trabalho.

No terceiro capítulo, expomos a metodologia usada para a pesquisa, a qual foi documental, bibliográfica, qualitativa, básica e descritiva, elaborada através das análises Diplomática e Tipológica de documentos das Atas Administrativas e Relatório da Provedoria do APSCM-PB. No quarto capítulo desenvolvemos o referencial teórico, no primeiro sub tópico discutimos obras e autores que abarcam o universo da Diplomática. O segundo sub tópico deste capítulo realizamos uma abordagem acerca da Paleografia. E por fim, o quinto capítulo foi dedicado à apresentação e análise dos dados no qual, fizemos uso de quadros, com finalidade de tornar a interpretação das informações



coletadas, mais claras e objetivas. Destacamos que as Atas Administrativas e o Relatório de Provedoria por conterem informações úteis a análise Diplomática e análise Tipológica, também foram utilizados nesse processo.

## 2. A INSTITUIÇÃO DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DA PARAÍBA

As Santas Casas de Misericórdia tiveram sua origem sob a influência do cristianismo, onde suas práticas de assistencialismo se estenderam por diversos países.

Seixas (1987, p.21) afirma que:

Surgiram então por esses países diversas organizações sociais que devotaram a várias determinações das obras de misericórdia. Um modelo delas, sob a forma institucional de Santa Casa de Misericórdia, encontra-se em Portugal em 1498, no reinado de D. Joao II.

As Santas Casas de Misericórdia atingiram um grande desenvolvimento em Portugal, com a fundação em Lisboa, que proporcionava assistência social por meio de obras de caridades espirituais e corporais aos mais necessitados e abandonados, esse modelo serviria para a implantação de todas as demais Santas Casas. Por mais que a Santa Casa de Lisboa servisse de padrão para as demais, elas não apresentavam, como característica, a interdependência uma das outras. Possuíam um estatuto próprio nomeado de compromisso<sup>1</sup>, que se ajustava de acordo com as realidades locais.

No Brasil não foi diferente. A Santa Casa foi instituída e baseada nos mesmos princípios que as Misericórdias da metrópole. Ao se transformar em império, o Brasil manteve as Santas Casas que, na maior parte das vezes, era o único local capaz de prestar socorro à comunidade, inclusive na Província da Paraíba. Segundo Seixas (1987), consta nos autos da Inquisição, em sua primeira visitação às partes do Brasil, descrições sobre o surgimento do prédio da Igreja da Misericórdia, a qual se anexava o hospital.

As Igrejas da Misericórdia e os hospitais, eram instituições essenciais no crescimento urbano de todas as cidades das colônias portuguesas e, marcam registrados da sociedade do período imperial brasileiro, pois continuaram operantes e relevantes para a sociedade que administrava suas escolhas conforme os interesses de uma elite. Conforme Seixas (1987, p.25):

---

<sup>1</sup> O compromisso da Santa Casa de Lisboa, em virtude de disposição régia, foi a lei reguladora de todas as Santas Casas de Misericórdia do Brasil colonial, e até, do Brasil imperial e Republicano. (Seixas, 1987, p. 121)

É indiscutível o papel que ela (a *Santa Casa*) tem desempenhado não apenas pelas circunstâncias acima apontadas, como pelo entrosamento de sua administração com os negócios públicos, em certas épocas e, ainda, porque à sua frente, no cargo máximo de provedor, patenteiam-se figuras da maior evidência e prestígio no mundo político, social, religioso e econômico durante os períodos colonial, monárquico e republicano.

A Santa Casa de Misericórdia da Paraíba foi uma das primeiras instituições a ser estabelecida no país, e é sem dúvida “uma das mais importantes pelo relevante papel que tem desempenhado na vida política, social, religiosa e econômica de nossa terra” (SEIXAS, 1987, p. 23).

O fundador da SCM-PB foi Duarte Gomes da Silveira<sup>2</sup> no final do século XVI<sup>3</sup>, o propósito era prestar assistência aos carentes e aos pobres da capitania da Paraíba. As ações prestadas pela irmandade eram de assistir aos doentes, alimentar os famintos, ensinar os ignorantes, dar assistência aos órfãos abandonado, asilo aos alienados, enterramento. Também era de sua responsabilidade o comprimento das celebrações de missas, batizados, casamentos e procissões.

Na administração da Santa Casa estavam presentes nomes da elite paraibana da época, que atuavam no cargo de Provedor e como administradores das mordomias da irmandade. Essas personalidades da elite paraibana exerciam suas funções e cargos na administração da entidade, os quais eram renovados, a cada ano compromissal.

Sobre administração da SCM-PB, Silva (2016, p.2-3) alega que:

Sua administração seguia os padrões de um sistema construído ao longo dos anos precedentes e funcionava com base nas “mordomias” que dividia o trabalho em “setores” de assistência, submetidos à supervisão geral de um provedor. As diretrizes que regiam as funcionalidade e regulamentações da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba, tal como as demais pertencentes a esta irmandade eram estabelecidas pelos “compromissos”, reformados de tempos em tempos. O primeiro compromisso firmado por esta instituição se perdeu, tal como a

---

<sup>2</sup> Duarte Gomes da Silveira nasceu em Olinda, cerca de 1560, filho de Pedro Alves e Maria Gomes da Silveira, portugueses e distintos colonos de pernambucanos. Era casado com D. Eugenia Tavares, filha João Tavares, primeiro governador da Paraíba. (SEIXAS, 1987, p.35).

<sup>3</sup> Embora não existam documentos que permitam precisar a data de construção desta Igreja, o historiador Wilson Nóbrega Seixas chama atenção para algumas fontes documentais que sugerem a existência da Igreja ainda no século XVI, em especial, a ata da Primeira Visitação do Santo Ofício à Paraíba, de 1595 (registrada e transcrita por Eduardo Prado em 1925) que situa a “igreja da misericórdia” na rota da procissão solene que abriria os trabalhos inquisitoriais. (SEIXAS, 1987, p.25-27)

maior parte dos documentos produzidos nos séculos XVI e XVII. Embora muitos documentos façam referências ao compromisso anterior 1723, atualmente, no arquivo da Santa Casa da Paraíba, o regulamento mais antigo encontrado é o de 1850.

O hospital era uma das funções mais significativas da Santa Casa. Em seu livro *Santa Casa da Misericórdia da Paraíba 385 anos*, Seixas elucida como era o atendimento aos doentes antes da construção do hospital da Santa Casa “onde os Irmãos da Misericórdia levavam o lenitivo à dor, o pouso, o pão, a roupa e os remédios nas pequenas choupanas que habitavam” (SEIXAS, 1987, p.65).

O hospital prestava atendimento a todos os tipos de padecimentos, incluindo os mentais, concedia atendimento a toda população, crianças, idosos, mulheres e homens (ficavam enfermarias separadas, nem sempre em boas circunstâncias). O hospital em alguns momentos ficou conhecido com outra nomenclatura de Hospital de Sangue, no momento que tratava de soldados feridos de guerra, em outras situações servia para tratamento de doença contagiosa das epidemias que ocorreram na Paraíba em instantes diferentes. Entre as reclamações mais recorrentes, era falta de leitos, devido à falta de espaço físico e de financeira. Pois os poucos que existiam eram ligeiramente ocupados, pois se tinha um grande número de pessoas.

Seixas (1987) afirma que não se conhece ao certo o ano em que começou a construção do hospital, porém a sua construção ocorreu por trás da Igreja da Misericórdia na rua Visconde de Pelotas. O hospital passou por circunstâncias difíceis por falta de rendimentos, sendo assim, realizações de algumas obras inadiáveis e de máxima urgência foram prejudicadas.

Devido a esses fatos, os irmãos da misericórdia apelaram para o socorro do imperador D. Pedro II que costumava conceder auxílio financeiro para esse tipo de caridade, atendeu ao apelo dos irmãos, pela carta régia de 16 de dezembro de 1855, mandou uma quantia de oitocentos mil réis de ajuda de custo para restabelecer o mencionado hospital (SEIXAS, 1987).

A Santa Casa, para executar suas funções caritativas, assim como esclarece Araújo (2017, p. 16) apresentava:

[...] fontes de rendimentos variáveis. Em João Pessoa, por exemplo, a Irmandade era proprietária de diversos imóveis no centro da cidade, além de sítios e fazendas. A grande maioria dessas propriedades era alugada ou arrendada para gerar

recursos a fim de auxiliar com as despesas das atividades de caridade.

Entretanto, por mais que a Santa Casa tivesse uma fonte de renda, esta não era bastante para arcar com as despesas que seus compromissos geravam. Além disso, a capitania da Paraíba “atravessava dias bastante difíceis e sacrificados por falta de rendimento” (SEIXAS, 1987, p.69). A irmandade e seus membros procuravam desempenhar o seu regimento da melhor forma possível, porém nem sempre as condições eram favoráveis.

O APSCM-PB, através do seu acervo que esta disponibilizada na parte superior da Igreja da Misericórdia, perpetua não só a história da Santa Casa, mas também da sociedade paraibana mediante documentação custodiada pelo arquivo. Vários trabalhos acadêmicos do curso de Arquivologia já foram produzidos neste arquivo. Trazemos aqui alguns exemplos: as monografias de Mayara Araújo do Nascimento Luna, cujo título do seu trabalho foi “Caridade Sistematizada: tipologia dos registros documentais da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba (1844 – 1897)”, onde a pesquisadora propôs a compreensão do percurso histórico orgânico-administrativo da Santa Casa, utilizando registros dos assentamentos. Citamos ainda o trabalho de conclusão de curso de Marta de Oliveira Araújo, intitulado “Arquivos Hospitalares da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba”, cuja pesquisa buscou compreender o percurso histórico orgânico-administrativo dos hospitais da Santa Casa, com base nos Relatórios dos Provedores dentro do recorte temporal de 1858 a 1928. Mencionamos trabalho de conclusão de curso de Priscilla Camelo de Brito, intitulado “Mapa de Cadáveres: Análise documental de Registro de óbitos sob custódia do arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba” cuja pesquisa buscou compreender as diferenças tipológicas e as representações da informação nos referidos documentos.

Informações contidas nos documentos deste arquivo também tiveram publicações em artigos, como o de Gerlane Farias Alves, publicado no evento Seminário de Saberes Arquivísticos em sua oitava edição, cujo tema foi “A Aplicação da Gestão Documental em Acervos Permanentes: organização e preservação da memória institucional da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba”. Ressaltamos portanto, que o acervo do APSCM-PB, proporciona

informações úteis à pesquisa em diversas áreas, tanto da Arquivística como da História, Administração, Arquitetura e Urbanismo, etc.

No conjunto documental<sup>4</sup> da Santa Casa, encontramos documentos manuscritos e impressos, tais como, Relatórios de Provedoria, Atas da Mesa Administrativas, Livros Contábeis de receitas e despesas, Livros de Ofícios entre outros, os quais possibilitam as releituras de um período da sociedade da Paraíba, através de seus documentos, que em nossa percepção apresentam elementos únicos, devem ser preservados e conservados para que não ocorra perda de informações, encontradas apenas no APSCM-PB.

A atuação dos membros da Santa Casa decorria durante todos os meses do ano. Ocorriam reuniões entre o Provedor<sup>5</sup> e os demais membros pertencentes a Mesa Administrativa e a Junta Definitória<sup>6</sup>. Nestas reuniões, ocorriam os registros das ações e dos acordos feitos entre os membros da Santa Casa. As atas dessas reuniões eram espécies que apresentavam escritas de forma resumida e clara, servindo como certificação ou testemunho das deliberações, votações, normas, resoluções e demais ocorrências de uma reunião ou outro evento. A ata é uma espécie documental que espelha a vida de uma organização, reunindo todos os atos fundamentais transcorridos em uma dada reunião e que hoje pontua as trajetórias institucionais, constituindo-se em prova dos fatos ocorridos nas reuniões, das decisões nela tomadas e das manifestações de todos os participantes.

As atas da Santa Casa exerciam essa função e eram assinadas pelo Provedor e por todos os membros presentes nas reuniões da Mesa Administrativa. São escritas pelo escrivão, em livro próprio, possuindo um termo de abertura e um termo de encerramento, assinados pela autoridade máxima da entidade, o Provedor. Eram numeradas e todas as suas folhas no

---

<sup>4</sup> Grupo de documentos produzidos/ acumulados/ recebidos no exercício de atividade de uma instituição/pessoa/família entre outros. (CAMARGO, BELLOTTO, 1996, p.34).

<sup>5</sup> Membro da elite da província que assumia o cargo de comando da Santa Casa de Misericórdia. Não recebia salário em troca de seu serviço conseguia bastante prestígio perante a sociedade da época. Esta era o único cargo que não poderia ser ocupado por alguém de sangue mestiço, indígena ou semita, ou que possuísse filhos ou cônjuge nesta situação.

<sup>6</sup> A Mesa administrativa era responsável pelo governo e pela administração da instituição. A Junta Definitória cuidava da superintendência e da fiscalização geral. Segundo o capítulo V do compromisso da instituição, estas duas não podiam tomar resoluções contrárias as disposições da Santa Casa, ao ensino e doutrina do cristianismo, e às leis canônicas nem ir contra as leis federais, estaduais e municipais. Se isso ocorresse, poderiam responder civil e criminalmente os mesários e definidores que compunham tais delegações por conta de seus votos.

anverso eram rubricadas. Quando um Livro de Ata estava concluído, ou seja, quando não havia mais folhas disponíveis, fazia-se o Termo de Encerramento e iniciava-se um novo Livro de Ata.

Em relação aos Relatórios de Provedoria, estes se constituíam em um conjunto de informações escritas e circunstanciadas dos fatos ocorridos em uma dada administração e, eram utilizados para reportar resultados parciais e/ou totais das atividades desenvolvidas pelo Provedor a cada ano compromissal da Santa Casa. Ressaltamos que o ano compromissal decorria entre julho de um ano a julho do ano seguinte, momento em que era nomeado novo Provedor e nova Mesa Administrativa.

Através das atas e dos relatórios podemos retirar informações e entendermos como funcionava a administração da Santa Casa, bem como muitos dos fatos que ocorriam naquela época na província da Paraíba dentro do período que os documentos foram escritos. Destacamos mais uma vez que o nosso estudo limita-se as Atas administrativas do ano compromissal de 1859 a 1860 no qual, ocorreram um total de dezessete reuniões na instituição neste período na qual a transcrição desses documentos foi realizada pela pesquisadora enquanto o Relatório da Provedoria de 1860 consta apenas um volume que já se encontra transcrito. Por se ter um prazo para realizar esta pesquisa optou por este recorte.

### 3. METODOLOGIA

O conhecimento científico é produzido pela averiguação científica, através de seus métodos.

Martins e Theóphilo afirmam que o conhecimento científico:

resulta de investigação metódico e sistemática da realidade. Transcende os fatos e os fenômenos em si mesmos, analisa-os para descobrir suas causas e concluir sobre leis gerais que regem e é delimitado pela necessidade de comprovação concreta. Ao contrário do conhecimento vulgar, o conhecimento científico segue aplicação de métodos, faz análises, classificações e comparações. (MARTINS, THEÓPHILO, 2009, p.1).

De acordo com Prodanov e Freitas (2013, p.14) metodologia pode ser “compreendida como uma disciplina que consiste em estudar, compreender e avaliar os vários métodos disponíveis para a realização de uma pesquisa acadêmica”. A pesquisa como forma de obtenção de conhecimento, pretende retirar as informações através de investigações, usando métodos e técnicas apropriadas. Conforme Gaio, Carvalho e Simões (2008, p.148).

“precisamos de métodos e técnicas que nos levem criteriosamente a resolver problemas. [...] é pertinente que a pesquisa científica esteja alicerçada pelo método, o que significa elucidar a capacidade de observar, selecionar e organizar cientificamente os caminhos que devem ser percorridos para que a investigação se concretize”.

Em nossa pesquisa usamos a técnica Diplomática e a técnica Paleográfica, leitura minuciosa dos documentos, através da qual conseguimos informações relevantes para alcançar os objetivos propostos nesta pesquisa.

Lakatos e Marconi (1991, p.67) concordam com os autores supracitados ao dizerem que “a metodologia de pesquisa é um desafio enriquecedor ao pesquisador, que precisa estar atento ao cumprimento de seus objetivos e hipóteses”.

Iniciamos o percurso da fundamentação do estudo, com a pesquisa bibliográfica para que o trabalho apresente um aprofundamento adequado de suas teorias. Segundo Gil (2002, p.45), a pesquisa bibliográfica “[...] reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais amplo do que aquela que poderia pesquisar diretamente”.

Este tipo de pesquisa se fez relevante para o nosso estudo, porque a mesma proporcionou embasamento para que pudéssemos discorrer sobre os



conceitos das teorias sobre a da Santa Casa de Misericórdia, Diplomática, da Tipologia documental e da Paleografia dos documentos trabalhados na pesquisa. Alguns autores que auxiliaram no suporte teórico foram: Seixas (1987) em seu livro *Santa Casa da Misericórdia da Paraíba*, Rodrigues (2008) em sua tese de doutorado *Diplomática Contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos*, Durante (1995) em sua obra *Diplomática: nuevos usos para uma antiga ciência*, Bellotto e Camargo (1996) em seu *Dicionário de terminologia arquivística*, Bellotto (2008) em sua obra *Diplomática e Tipologia documental em arquivos*, Bellotto (2002) em seu projeto *Como fazer análise diplomática e análise tipológica em arquivística, reconhecendo e utilizado o documento de arquivo*, Bellotto (2006) em seu livro *Arquivo Permanente: Tratamento Documental*.

Como o objeto de estudo da investigação se encontra no APSCM-PB, associamos à pesquisa bibliográfica a pesquisa documental, devido ao fato de que os documentos que foram analisados no trabalho encontram-se no acervo da instituição citada. Esses documentos como fonte primária conforme Severino (2007, p.123) auxilia o “pesquisador a desenvolver sua investigação e analise”.

Na pesquisa documental de acordo com Gil (2002, p.46):

[...] as fontes são muito mais diversificadas e dispersas. Há, de um lado os documentos “de primeira mão”, que não receberam nenhum tratamento analítico. Nesta categoria estão os documentos conservados em arquivo de órgãos públicos e instituições privadas, tais como associações científica, igreja, sindicatos, partidos políticos etc. incluem-se aqui inúmeros outros documentos como cartas pessoais, diários, fotografias, gravações, memorandos, regulamentos, ofícios, boletins etc.

As fontes primárias são importantes porque, pressupõe-se, que elas proporcionam uma maior confiabilidade, na autenticidade das informações nelas contidas. Marconi e Lakatos (1990, p.78) declaram que “a fonte de coleta de dados está restrita ao documento, escrita ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias”. Gil (2002, p.47) reforça a importância da pesquisa documental, ao considerar que “os documentos constituem fonte rica e estável de dados. Como os documentos subsistem ao longo do tempo, tornam-se a mais importante fonte de dados em qualquer pesquisa”.

A Diplomática e a tipologia documental nos seus aspectos técnicos utilizados nesta pesquisa serviram para elucidar a gênese, tipo, autor e do contexto da criação dos documentos analisados.

Para Belloto (2002) a tipologia documental é a ampliação da Diplomática no rumo da gênese documental e de sua contextualização nas atribuições, competências, funções e atividades da entidade gerador-acumuladora.

De acordo com a abordagem, o estudo, classifica-se como qualitativo, pois este permite a relação dinâmica entre o objeto e a subjetividade do sujeito de modo que não são traduzidos em números. (GIL, 2008). Desse modo, procuramos realizar uma avaliação da Ata Administrativa e do Relatório de Provedoria de 1860 analisando a existência ou ausência de informações desses documentos.

Ainda sobre a abordagem qualitativa Silveira e Córdova (2009, p.31) destacam que “a pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc.”.

Quanto à natureza, a pesquisa foi de origem básica, pois seu propósito foi o de com a “gerar conhecimento novo” (MICHEL, 2009, p.43). Sendo assim buscamos descobrir, de forma comparativa, se existe ou não, similaridade das atas e do relatório do provedor de 1860 produzidos e custodiado pelo APSCM-PB.

A pesquisa caracterizou-se ainda, como descritiva, ou seja, teve como “objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou estabelecimento de relações variáveis”, assim como aponta Gil (2008, p. 28).

O universo desse trabalho foi constituído pelo acervo dos registros da SCM-PB. Conforme Marconi e Lakatos (2008), universo são o conjunto de seres animados e inanimados que apresentam caracterização em comum, ou seja, ocupam um mesmo espaço ou desenvolvem uma mesma atividade de instituição. Ainda de acordo com os autores citados, a amostra constitui-se de uma parte selecionada do todo, ou seja, uma amostra do universo, que foram as atas e o relatório de 1860. Esse recorte foi escolhido porque o número de reunião ordinária das atas é de dezessete durante ano compromissal, enquanto que o relatório consta de apenas um volume, além disso, as atas não se

encontravam transcritas, transcrição esta, que foi feita pela pesquisadora, mas o relatório já se encontrava transcrito.

Os instrumentos de coletas de dados e procedimentos são relevantes para a pesquisa, já que o levantamento de dados sobre o objeto estudado teve como base o procedimento norteado por Michel (2009, p.57):

Este método procede pela investigação de indivíduos, classes, fenômenos ou fatos, com vistas a ressaltar as diferenças e similaridade entre eles. Sua ampla utilização nas ciências sócias se deve ao fato de possibilitar o estudo comparativo de grandes grupamentos sócio, separado pelo espaço e tempo.

A coleta de dados foi feita a partir dos documentos, buscando informações em ambas as tipologias documentais. Com este levantamento procedemos à análise da pesquisa. De acordo com Michel (2009, p.65) à análise documental “significa consultar a documentos, registro pertencentes ou não ao objeto de pesquisa estudado, para fins de coletar informações úteis para o entendimento e análise do problema”.

Os documentos foram estudados de forma criteriosa e analisados minuciosamente, com a finalidade de se transcrever o conteúdo das informações, buscando, se possível resposta à problemática que motivou o estudo e, assim, corroborar com a produção de conhecimentos consideráveis a sociedade da informação.

Realizamos, portanto um estudo comparativo com a Ata Administrativa do ano compromissal de 1859 a 1860 e o Relatório de Provedoria de 1860 das informações que ambas possuem e aquelas informações que aparecem em um dos tipos de documentos mais não se encontra no outro.

Para a análise comparativa dos documentos pesquisados, dentro do recorte temporal proposto nesta pesquisa, escolhemos fazer uso de quadros. E assim proporcionando uma melhor visualização dos resultados encontrados sobre as informações que são análogas e as que são diferentes, considerando, com isso, proporcionar uma melhor sistematização dos dados analisados.

## 4. REFERENCIAL TEÓRICO

### 4.1. A Diplomática

A Diplomática se fez necessária para esta pesquisa, pois nos auxiliou a estudar a estrutura dos documentos, analisando seu formato, suporte, espécie, os caracteres internos e externos de um documento.

A Diplomática é uma ciência de séculos, que remonta às questões e indagações quanto à autenticidade de documentos. Com seu progresso, alguns conceitos atualizaram, estenderam e beneficiaram os estudos arquivísticos atuais. Para compreendermos melhor tal progresso, fizemos um sucinto histórico sobre esta ciência.

A ciência Diplomática apareceu no período da idade média com o propósito de examinar a autenticidade dos diplomas. No sentido moderno, de acordo com Berwanger e Leal (2008, p. 25):

[...] o conjunto de documentos de arquivo que possam constituir fontes históricas: cartas, atos, tratados, contratos, registros judiciais e outros documentos oficiais que nos legaram os antepassados e, mais particularmente, a Idade Média.

Berwanger e Leal (2008, p. 26) ainda declaram que:

Inocêncio III preocupou-se em garantir a autenticidade dos documentos pontifícios. Impôs severas penas aos falsificadores e elaborou princípios e regras para a análise de documentos, a fim de descobrir sua falsidade.

No século XVII, Jean de Mabillon durante a chamada “guerra diplomática” publicou no ano de 1681, a sua obra intitulada *De re diplomática libri VI* escrita em seis partes, organizada as regras principais da análise de textos, determinando procedimentos referentes à análise e compreensão dos atos escritos assim como a verificação da veracidade dos mesmos.

Rondinelli (2007, p. 44) explica o tratado de Jean Mabillon que:

[...] estabeleceu os princípios propriamente ditos da crítica diplomática, que consistiam em testes aos quais os documentos teriam que ser submetidos a fim de serem considerados falsos ou verdadeiros. Assim, diferentes tipos de documentos foram definidos, e foram analisados elementos como: tinta, linguagem, tipo de escrita, selos, pontuação, abreviações, datas etc. Nas quatro partes restantes do tratado Mabillon se dedicou a apresentar provas e ilustrações dos

princípios diplomáticos que havia criado e o modo como esses princípios deveriam ser aplicados. A sexta parte, por exemplo, consistia em cópias de cerca de 200 documentos, por meio das quais demonstrava por que deveriam ser considerados autênticos.

Numa definição mais clássica, a Diplomática era a disciplina que pesquisava apenas a estrutura formal dos documentos oriundos de autoridade superior e, portanto evado de fé pública assegurando assim, a legalidade que dos documentos precisava.

A diplomática ocupa-se da estrutura formal dos atos escritos de origem governamental e/ou notarial. Trata, portanto, dos documentos que, emanados das autoridades supremas, delegadas ou legitimadoras (como é o caso dos notários), são submetidos, para efeitos de validade, à sistematização imposta pelo Direito. (BELLOTTO, 2006, p. 45).

Berwanger e Leal (2008, p. 26) declaram que “a Diplomática tem como objetivos precípuos julgar a autenticidade dos documentos bem como interpretar o seu conteúdo”.

A Diplomática averigua os caracteres internos e externos do documento enquanto a espécie documental, tendo como objeto documentos arquivísticos antigos, medievais, modernos e contemporâneos, detentores de valor histórico.

Os caracteres intrínsecos ou internos estão de modos direto conectados a proveniência do documento, às suas funções e atividades, ao conteúdo (assunto) do documento, bem como, com sua datação tópica e cronológica. No entanto, os caracteres extrínsecos ou externos remetem à estrutura formal e a forma de mostrar o documento.

Nos anos 80, a Diplomática atingiu uma nova importância no cenário científico, como evidência Bellotto (2006), concentrou-se mais concretamente na gênese documental e nas suas atribuições, competência, funções e ações da instituição gerador-acumuladora, deste modo, propícia pela arquivologia sob a nomeação de tipologia documental.

Bellotto (2006, p.47), ainda declara que a Diplomática foi apropriada por outros especialistas, tornando-a ciência complementar da Arquivologia e da História:

Posteriormente é que historiadores e arquivista tornaram-se beneficiários dela. Na verdade, as fórmulas diplomáticas já existiam na área jurídica e administrativa desde os primórdios

do direito romano. Utilizadas na Idade Média e, mais tarde, em todos os Estados europeus em sua organização Jurídicos burocráticos, foram sendo adaptadas e apuradas, sem, entretanto fugirem a essência do ato escrito do direito público. Deve-se a essa tradição o fato de os estudos diplomáticos, mesmo na atualidade, guardarem a terminologia latina própria de sua origem.

Duranti (1995, p.36) concorda que “os arquivistas redescobrem a importância do estudo crítico do documento e voltam à diplomática para provar os valores dos seus princípios e métodos para os documentos modernos e contemporâneos”.

Rodrigues (2008) acrescenta que Arquivística depara com a Diplomática contemporânea, os fundamentos para a propagação da pesquisa é relevante às práticas de gestão documental e de tratamento dos conjuntos documentais acumulados em arquivo.

A Arquivística é a disciplina que reúne normas, técnicas e regras que governam várias funções, tais como: sua criação, a classificação, a avaliação, a difusão, a descrição, transferência / recolhimento e a preservação (ROUSSEAU; COUTURE, 1998). Os autores explicam “arquivos” como conjunto de informações de qualquer suporte ou natureza, acumulado por pessoa jurídica ou física, privada ou pública, na realização de suas funções, preservado primeiramente pelo seu valor primário ou probatório e a posteriori pelo seu valor secundário.

Deste modo, o objeto de estudo da arquivística é a informação orgânica acumulada no decorrer das atividades de qualquer pessoa, seja jurídica ou física. De acordo com Bellotto (2002), leva em conta o documento de arquivo como suporte que contém informações arquivísticas, todavia essas informações necessitam de serem originais, autênticas, imparciais, únicas, naturais e orgânicas.

A Diplomática examina a estrutura formal dos documentos, isto é, a espécie documental, que vem a ser seu objeto de estudo, determinando como “a configuração que assume um documento de acordo com a disposição e a natureza nela contida” (BELLOTTO; CARMAGO, 1996, p. 19).

Já a Arquivologia explora o tipo documental, definido como “a configuração que assume uma espécie documental de acordo com atividade que a gerou” (BELLOTTO, 2002, p.19).

Como exatamente apresentado por Bellotto (2002, p.18) o objeto da Diplomática “é a estrutura formal do documento. O documento deve conter a mesma construção semântica de discurso para a mesma problemática jurídica”.

Já Berwanger e Leal (2008, p. 26) acrescentam que “a Diplomática tem como objetivos precípuos julgar a autenticidade dos documentos bem como interpretar o seu conteúdo”.

Enquanto o objetivo da tipologia documental conforme Bellotto (2002, p.19):

[...] a ampliação da Diplomática em direção à gênese documental, perseguindo a contextualização nas atribuições, competências, funções e atividades da entidade geradora/acumuladora. Assim, o objeto da Diplomática é a configuração interna do documento, o estudo jurídico de suas partes e dos seus caracteres para atingir sua autenticidade, enquanto o objeto da Tipologia, além disso, é estudá-lo enquanto componente de conjuntos orgânicos, isto é, como integrante da mesma série documental, advinda da junção de documentos correspondentes à mesma atividade.

O arquivista, através do estudo dos documentos, é proficiente para reconstruir todo o contexto de produção dos acervos documentais, já que as fontes usadas para reconstruir o trajeto do documento, como o estatuto e organograma.

Lopes (2013) declara que o contexto de produção tem união com as condições institucionais sob as quais o documento foi gerado, sendo indispensável saber quem o criou, quando e aonde isso chegou, porque foi produzido. O entendimento desse contexto é fundamental para que se consiga compreender o que o documento pretende provar.

Os estudos das tipologias documentais estão evidentes nos princípios fundamentais da arquivística conforme Bellotto (2006, p.88):

[...] Princípio da proveniência: fixa a identidade do documento relativamente a seu produtor. Por esse princípio, os arquivos devem ser organizados obedecendo à competência e as atividades da instituição ou pessoa legitimamente responsável por sua produção, acumulação ou guarda de documentos. Arquivos originários de uma instituição ou de uma pessoa devem manter a individualidade, dentro de seu contexto orgânico de produção, não devendo ser mesclados, no arquivo, a outro de origem distinta [...]

A autora ainda acrescenta que os elementos externos ou intrínsecos estão relacionados à estrutura física, a forma de apresentação do documento ou gênero. Estes elementos são: formato (livro, folha avulsa, tira de microfilme, etc.); o suporte (pergaminho, papel, filme, fita magnética, disco óptico); o gênero (textual, sonoro, iconográfico, etc.); a forma documental (original, cópia, rascunho); volume (quantidade) e etc. Entretanto os elementos internos ou intrínsecos estão relacionados ao assunto propriamente dito, ou conteúdo substantivo, assim sua função ou natureza da sua proveniência. Estes elementos são a atividade, os trâmites, as funções, a proveniência, a data tópica, a data cronológica e o conteúdo substantivo.

A tipologia documental consiste na análise dos tipos documentais tendo como suporte os princípios diplomáticos. “Tendo como padrão conceitual a identificação do tipo a partir do reconhecimento da espécie no procedimento administrativo que reside à contextualização e a chave para o entendimento do tipo documental” (RODRIGUES, 2008, p.166).

A identificação, no momento atual é aceito como função arquivística por uma corrente de teóricos, específico com ato de estabelecer a identidade do documento de arquivo, o estudo analítico do órgão produtor e dos documentos gerados no exercício de suas atividades. Rodrigues (2008), afirma que no período de identificação relacionada ao estudo da diplomática e da tipologia documental.

A Diplomática gira em torno do autêntico quanto ao fundamento do ato jurídico e à estrutura. Já a tipologia documental gira em torno dos vínculos dos documentos com as suas funções e atividades pessoais ou institucionais. Assim, Bellotto (2008) cogita dois pontos de vista para a análise tipológica para Diplomática o elemento partida é a decodificação do próprio documento, visando à legitimidade jurídica e fidedignidade de conteúdo. Porém, na arquivística a proveniência tem que ser da entidade produtora. O resultado obtido a partir desse ponto de encontro é o documento e sua função, a relação entre a especificidade de um ato e a sua finalidade dispositiva, probatória ou informativa.

Segundo Heredia Herrera (2006), conforme citado por Bellotto (2008, p.73) conceitua tipo documental como:



[...] elemento decisivo para a descrição de unidades documentais e, como consequência, das series documentais; é um modelo que permite reconhecer outros documentos de iguais características que testemunham uma ação ou ato determinado.

A documentação contemporânea acabou sendo compreendida como o reflexo do ambiente de sua produção e, para obter análise é fundamental entender o método e funcionamento da organização, ou seja, suas funções, atividades desenvolvidas e obrigações. Rodrigues (2008), em seu entendimento o vínculo Arquivístico que a documentação permanece com a sua origem passa expressar um novo método, chamado de análise da tipologia.

Desse modo, a relação da Diplomática com Arquivologia para esta pesquisa está preocupada é com a questão da tipologia documental, estudamos os documentos não só pelas questões internas e externas que a Diplomática busca na questão da autenticidade, mas pela questão de sua função que o documento tem para unidade produtora.

Portanto cada tipo documental possui uma causa específica que é descoberto dentro do seu conteúdo.

Por esse motivo,

O processo de organização e disseminação da informação arquivística não pode prescindir do conhecimento das competências e das atividades das entidades produtora/acumuladoras dos documentos. Só assim é possível entender o porquê da escolha das tipologias documentais adequadas para comprovar aquelas competências, funções e atividades (BELLOTTO, 2008, p.3-4).

Compreendemos que cada espécie documental, que “corresponde à configuração que um documental recebe a partir da disposição de suas informações e da natureza dessa informação” (CAMARGO; BELLOTTO, 1996, p.77), é gerada consistindo-se em uma função e atividade administrativa de seu produtor. Em sua nomenclatura apresenta sem a união da espécie e atividade a espécie declaração como exemplo, torna-se tipo documental a partir do momento que lhe atribuída à atividade para qual foi gerada, que pode ser de óbito, de isenção de imposto de renda, de antecedentes criminais, entre outros.

Diante do exposto, trouxemos duas espécies documentais para a pesquisa, uma delas é a ata, que é um registro escrito dos relatos e apontamentos das ocorrências de acontecimento, decisões e assuntos debatidos durante uma reunião. Na lista de caracterização de algumas espécies documentais, Bellotto (2006, p.93) conceitua ata como “exposição do que ocorreu durante uma reunião, assembleia ou sessão”. Já Berwanger e Leal (2008, p. 29), elucida a ata da seguinte forma “documento que registra um acontecimento concomitante a sua realização”. O livro das Atas das sessões da Mesa Administrativa da Santa Casa de Misericórdia do ano compromissal de 1859 a 1860, foi o tipo documental analisado no acervo da SCM-PB.

A segunda espécie documental analisada foi o relatório, que é um documento que se caracteriza por conter informações, seja de um decreto, decisão, atividade ou despesas, a fim de prestar contas sejam financeiras ou administrativas. Bellotto (2006, p.102) conceitua que o relatório é “exposição de ocorrências, fatos, despesas, transações ou atividade realizada por autoridade com a finalidade de prestar conta de seus atos autoridade superior”. O Relatório do Provedor da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba do ano de 1860 foi o tipo documental averiguado no arquivo desta pesquisa.

Desse modo, a pesquisa identificou e analisou as atas e o relatório desenvolvidos pela SCM-PB, beneficiando-se dos registros documentais nela preservado durante o período do século XIX.

## **4.2. Paleografia**

A Paleografia é o estudo de textos manuscritos antigo, a sua etimologia é de origem grega na união de outras duas, *paleos* e *graphein* que quer dizer respectivamente antiga e escrita. Jórdam (2003, p.13) afirma que “paleografia é a ciência que ocupa do conhecimento e interpretação das escritas antiga, e estuda sua origem e evolução”.

Segundo Berwanger e Leal (2008, p.16), o nascimento da Paleografia deu-se no século XVII. Na Idade Média e Renascimento, aparece um razoável número de trabalhos de caráter paleográfico (transcrições, traduções, coleções de alfabetos etc.), mas sem pretensões de tratados críticos e sem a

preocupação em se estabelecer uma classificação científica ou a determinação da antiguidade das escritas.

A Paleografia é a ciência fundamental em áreas de conhecimento que necessitem das informações contidas nos documentos manuscritos ou impressos com grafias antigas. Neste caso, ela é de fundamental importância para transcrição desses documentos, para a compreensão e interpretação de informações relevantes, contidas nos manuscritos independentes da época em que foram escritos.

Para que isso aconteça, é fundamental que a documentação manuscrita, presente em diversos acervos permanentes, receba cuidados especiais relativos à sua conservação. Esta cautela é essencial para a preservação da memória de qualquer instituição, custodiadora desses documentos. Sem uma conservação correta, documentos manuscritos com suportes frágeis, podem perder a informação neles contidas, tornando o seu acesso mais difícil.

De acordo com Berwanger e Leal (2008, p.20), “sem o concurso da Paleografia, a história não poderia reconstituir registro e fatos de diferentes períodos históricos, sobretudo os mais antigos”.

A Paleografia e a Diplomática surgiram juntas, porém, mesmo sendo estudado de forma individual a partir de um determinado período, mantém a relação de interdependência com características diferentes. Berwanger e Leal (2008, p.35) declaram:

enquanto a Paleografia lê e decifra os caracteres extrínsecos do texto (letras, números, abreviaturas, ligações e outros sinais gráficos), a Diplomática se ocupa de seus caracteres intrínsecos (idioma, teor, estilo). Se a Paleografia se interessa pelo documento em si, traçando regras para a sua tradução e decodificação formal, a Diplomática faz a interpretação do texto, explora o seu teor e conteúdo, analisa a língua e o estilo e verifica a autenticidade do documento.

Teixeira (2015, p.14) afirma que no começo, a Paleografia e a Diplomática se confundiam:

Os padres da Companhia de Jesus formaram em Antuérpia, um grupo que ficou encarregado de publicar uma coleção sobre a vida de santos: os *Acta Sanctorum*. Em uma viagem, Daniele Van Papenbroek (1628-1714), visitou arquivos de mosteiros e igrejas, onde constatou a existência de documentos falsos. Foi assim que, prosseguindo com suas pesquisas, ele publicou, em 1674, como prefácio ao segundo

volume dos Acta Sanctorum, o Propylaeumantiquariumcircarei ac falsidiscrimen in vestustismembranis (Princípios introdutórios para a discriminação entre o verdadeiro e o falso nos documentos).

De acordo com Berwanger e Leal (2008, p.) a Paleografia “[...] é uma ciência na parte teórica. É a arte na aplicação prática. Porém, acima de tudo, é uma técnica”. Para Teixeira (2015, p. 10)

[...] esta técnica tem nos contemplado para o conhecimento em diversos contextos do cotidiano: político, administrativo, religioso, social e cultural do passado, importante para o entendimento da história e cultura das civilizações antigas, criando uma visão de tempo. Interpretando, como os atores sociais se comportavam em sua época.

Enfim, a Paleografia possui técnicas de tradução, sem as quais, seria muito difícil à compreensão dos conteúdos dos documentos manuscritos antigo, prejudicando a leitura e a descrição dos mesmos.

Transcrever um documento significa escrever de novo um manuscrito em outro suporte, respeitando as características do documento. Precisa ser executado com exatidão, conforme o original, sem erros ou rasuras. Os documentos manuscritos antigos, geralmente são de difícil entendimento para os usuários, sendo assim, a transcrição se caracteriza como uma técnica, capaz de reproduzir o texto para os usuários e/ou pesquisadores que muitas das vezes, não possuem o conhecimento necessário para a leitura do conteúdo documental.

O processo de transcrição de um documento passa por várias dificuldades, seja pela rasura dos suportes ocasionados por seus produtores, ou mesmo pelo desgaste dos documentos que, muitas vezes são encontrados em péssimo estado de conservação ou danificados, seja pela tinta que pode manchar e dificultar a leitura do documento que está sendo trabalhado seja pelo mau acondicionamento na guarda dos referidos documentos. A caligrafia e as abreviaturas do escrivão também podem gerar dificuldades durante a transcrição, pois muitas vezes a escrita se apresenta de forma ilegível no decorrer do texto, o que torna a leitura e a transcrição dificultosa devido à caligrafia do autor.

As Normas de Transcrições Paleográficas surgiram no primeiro Encontro Nacional de Normatização Paleográfica e de Ensino de Paleografia, realizado

em São Paulo, em 1990, onde foram recomendadas as normas técnicas para transcrição e edição de documentos manuscritos. O objetivo dessa norma “era fixar diretrizes, critérios e convenções para padronizar as edições paleográficas, com vistas a uma apresentação racional e uniforme das mesmas” (BERWANGER; LEAL 2008, p.99). Em 1993, houve um segundo Encontro Nacional de Normatização Paleográfica e de Ensino de Paleografia em São Paulo onde, ocorreu a reformulação das normas anteriormente elaboradas. Na obra de Berwanger e Leal eles descrevem sucintamente as normas aprovadas que passaram a vigorar a partir do mesmo ano.

A Paleografia se relaciona com várias outras ciências, conforme Teixeira, (2015, p. 11):

A Paleografia tem uma relação de reciprocidade com outras áreas do conhecimento humano, na medida em que, estas ciências necessitam saber o conteúdo de documento manuscritos, elas recorrem à Paleografia, que auxilia através da transcrição.

A relação com a Arquivologia é “indispensável se torna a leitura documental com o objetivo de proporcionar uma exata classificação e descrição do documento”. (BERWANGER; LEAL 2008, p.21).

No acervo da Santa Casa, podemos encontrar diversas tipologias documentais, seu arquivo está situado no primeiro andar da Igreja de Nossa Senhora da Misericórdia no centro da capital de João Pessoa, seus documentos são datados quase que exclusivamente do século XIX e XX.

Entre as tipologias encontradas no arquivo da SCM-PB, podemos citar as Atas das sessões da Mesa Administrativa da instituição, os Relatórios da Provedoria, Livro de receitas e despesas, Livro dos nomes, Livro de óbitos entre outros, que surgem como documentos administrativos, os quais, hoje em dia, preservam à memória da instituição. Segundo Bellotto (2006, p.27):

[...] a história não se faz com documentos para serem históricos, com documentos que só informem sobre o ponto inicial ou ponto final de algum ato administrativo decisivo. A história se faz com uma infinidade de papéis cotidianos, inclusive com os do dia-a-dia administrativo, além de fontes não-governamentais. As informações rastreadas viabilizarão aos historiadores visões gerais ou parciais da sociedade.

As Atas das sessões da Mesa Administrativa e os Relatórios da Provedoria eram produzidos pelos encarregados da instituição, de cada ano

que durava a gestão, podendo ou não ser prolongada através da eleição dos membros que compunham a Mesa Administrativa e da Junta Definitória à frente da Santa Casa.

De acordo com Alves (2017, p.53) nos Relatórios de Provedoria:

[...] podemos encontrar informações relevantes sobre o trabalho realizado pela administração da Santa Casa. Dividido em sessões, eles abarcam a movimentação do Hospital de Caridade, os enterramentos no Cemitério Público do Boa Sentença a partir de 1855 (data de sua fundação), o acolhimento e cuidado dispensado as crianças abandonadas na roda dos expostos, as atividades eclesíásticas da Igreja da Misericórdia, o trabalho de assistência com os presos da província, assim como as receitas e despesas da instituição e seu património material composto pelos bens que sobraram do morgado da família de Duarte Gomes da Silveira, seu fundador, e das doações recebidas em vida ou por via de testamento de pessoas falecidas pertencentes a famílias tradicionais da província.

Os documentos do século XIX em sua maioria acham-se manuscritos, como as Atas de Reunião da Mesa Administrativa, Livro dos nomes, alguns Relatórios da Provedoria, os ofícios enviados e recebidos pela SCM-PB das demais repartições do período imperial.

Ao se realizar o diagnóstico na documentação desse acervo, podemos notar que a documentação se apresenta em estado de má conservação, seja pelo ataque dos agentes biológicos (bactérias, fungos, insetos, traças, cupins) ou por conta da ação ao longo dos anos. Seja pela degradação natural da própria composição do papel, seja pela tinta que se utilizava para escrever as informações que, com o passar dos anos tornou-se corrosiva, ou mesmo pelo manuseio incorreto dos usuários, devido à falta de orientação sobre a forma correta de manusear os documentos.

Por mais que o arquivo da SCM-PB tenha perdido, ao longo da sua trajetória, documentos significativos, ainda se encontram documentos custodiados, com uma riqueza informacional pouca conhecida no campo do conhecimento acadêmico e pela sociedade.

## **5. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS**

Neste capítulo, apresentamos os dados levantados, começando com a estrutura administrativa da Santa Casa de Misericórdia relativa ao ano de 1860, em seguida apresentamos a análise Diplomática e a análise Tipológica das Atas Administrativas do ano compromissal de 1859 a 1860 e do Relatório de Provedoria concernente ao ano de 1860 no que diz respeito às informações similares ou diferentes, contidas nestes documentos, os quais se encontram acessíveis no APSCM-PB.

### **5.1 A estrutura administrativa da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba de 1860**

As Santas Casas de Misericórdia se tornaram grandes instituições nas colônias portuguesas devido às suas ações sociais. No Brasil a instalação das Santas Casas deu-se no início das colonizações do território.

A Santa Casa da Paraíba seguia o compromisso de Lisboa, com algumas alterações mínimas ditadas pelas situações locais. Esse compromisso de 1516, organizava-se em volta das chamadas 14 obras de caridades, sendo que são sete espirituais: ensinar os ignorantes; dar bons conselhos; punir os transgressores com compreensão; consolar infelizes; perdoar as injúrias recebidas; suportar as deficiências do próximo e orar a Deus pelos vivos e pelos mortos. Os corporais são: resgatar cativos e visitar prisioneiros; tratar dos doentes; vestir os nus; alimentar os famintos; dar de beber aos sedentos; abrigar os viajantes e os pobres e sepultar os mortos.

Em 1850 entrou em vigência um novo compromisso, o qual regeu a irmandade até 1913. Sobre esse novo compromisso Seixas (1987, p.122) afirma:

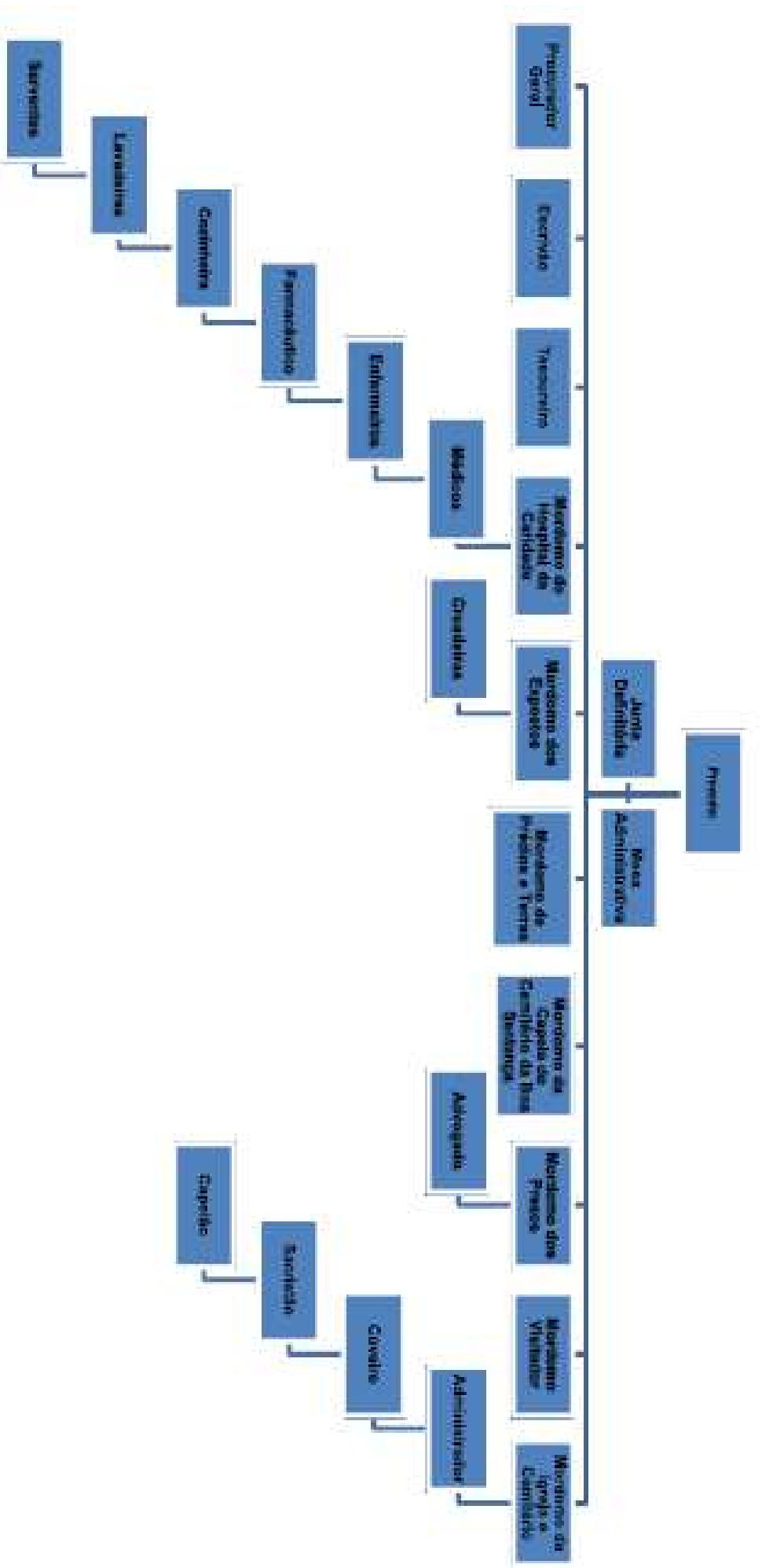
A administração da Santa Casa da Paraíba ficou dividida em duas partes, a legislativa e a consultiva confiada a uma Junta de vinte Definidores, e a propriamente executiva, delegada à Mesa Administrativa, composta do provedor, escrivão, tesoureiro, procurador geral, mordomos do Hospital e Expostos, de Prédios e Terras, de Igreja e Cemitério, dos Presos e Visitador, todos nomeados pelo presidente da Província.

A partir das leituras das Atas da Mesa Administrativas do ano compromissal de 1859 a 1860 e do Relatório de Provedoria de 1860 e, pretendendo uma melhor compreensão da estrutura administrativa da SCM-PB e da sua atuação na Paraíba, utilizamos o organograma apresentado no trabalho de Araújo (2017, p.38). O organograma apresentado para esta análise se encontra inserido no ano compromissal estudado nesta pesquisa.

Evidenciamos os componentes da irmandade que estavam presentes nas reuniões administrativas da SCM-PB, os quais eram: Francisco de Assis Pereira da Rocha, o Provedor que a frente da irmandade naquele período; João Rodrigues Chaves, nomeado como Escrivão do ano compromissal citado; José Maria de Carvalho Cesar, encarregado como tesoureiro responsável pelas finanças da Santa Casa; João Pinto Monteiro e Silva, designado como mordomo do Hospital da Caridade, o qual era responsável pela administração da referida entidade hospitalar, Sergio Clementino Drumond Pessoa, eleito como mordomo visitador, que desempenhava as atividades de visitar os presos e às famílias carentes que solicitavam pedidos de pensão a instituição.



Figura 1: Organograma da Estrutura Administrativa da SCM-PB de 1858 a 1870.



Fonte: Araujo (2017, p.39, baseado nos Relatórios dos Provedores do Arquivo da SCM-PB).

## **5.2 Análises Diplomáticas e Análises Tipológicas da Ata Administrativa do ano compromissal de 1859 a 1860 e do Relatório de Provedoria de 1860**

O acervo do Arquivo Permanente da Santa Casa da Paraíba custodia documentos que registraram os fatos e acontecimentos, das diversas atividades exercidas pela irmandade, durante a prestação de serviços caritativos e assistenciais à sociedade da província da Paraíba.

Escolhemos analisar diplomaticamente e analisar tipologicamente a Ata Administrativa do ano compromissal de 1859 a 1860 e o Relatório de Provedoria de 1860, por entendermos que as informações registradas nos documentos, reforçam o conhecimento acerca da administração da Santa Casa e, portanto, da sociedade paraibana daquele período, tornando-os documentos de valor permanente.

A realização da análise Diplomática e análise Tipológica das tipologias/espécies citadas ocorreram a partir de leituras detalhadas desses documentos, os quais são todos manuscritos encontram em boas condições de conservação.

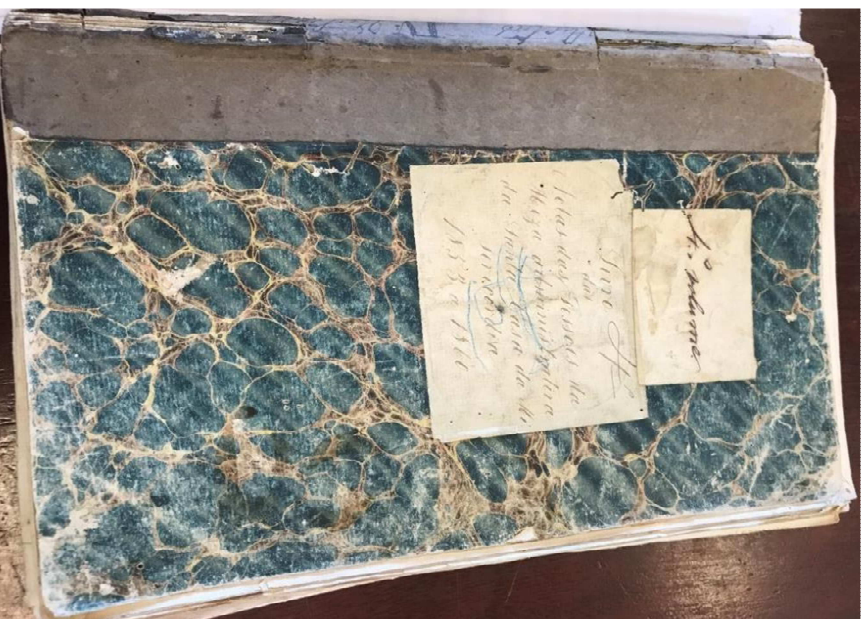
Seguidamente, apresentamos a análise dessas tipologias/espécies fundamentada no livro “Como fazer Análise Diplomática e Análise Tipológica de documentos de arquivo” (2002), da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Heloísa Liberalli Bellotto.

**Quadro 1: 4º volume do Livro de Atas das Sessões da Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de 1853 a 1860.**

LIVRO	ELEMENTOS INTERNOS	ELEMENTOS EXTERNOS	ANÁLISE
4º volume do Livro das Atas das Sessões da Mesa Administrativa da Santa Casa de Misericórdia de 1853 a 1860.	<p><b>Protocolo Inicial</b></p> <p>Hade servir este livro para lançamento das atas da mesa da Santa Casa de Misericórdia desta cidade, e vai todo que mim numerado e rubricado com a rubrica de Mindêllo de que uso e leva no fim o competente encerramento.</p> <p>Consistório da Santa Casa da Misericórdia 28 de agosto de 1853.</p> <p>T. A. Mindêllo escrivão no impedimento do Ir. Provedor.</p> <p><b>Texto</b></p> <p>O texto trata das atas de reunião da mesa administrativa com o Provedor, o escrivão e alguns dos mordomos que estivesse presente nas reuniões que ocorria na Santa Casa. O livro contém 130 folhas, onde todas foram usadas para os registros das atas de reunião.</p> <p><b>Protocolo Final</b></p> <p>Têm este livro cento e trinta folhas todas por mim numeradas e rubricadas.</p> <p>Consistório da Santa Casa da Misericórdia 28 de agosto de 1853.</p> <p>T. A. Mindêllo escrivam no impedimento Ir. Provedor.</p>	<p><b>Formato:</b> Livro</p> <p><b>Supporte:</b> Papel</p> <p><b>Gênero:</b> Textual</p> <p><b>Forma Documental:</b> Original</p> <p><b>Volume:</b> 4º</p> <p>O livro apresenta-se em estado regular de conservação; a capa apresenta-se desgastada contendo marcas de durex e a costura do livro está comprometida, o que resultou em folhas soltas, há folhas amareladas e manchadas pelo excesso de tinta; a escrita, em partes do livro, é de difícil compreensão, pois a tinta está muito clara e o escrivão fez uso de muitas abreviaturas, o que dificulta a compreensão textual.</p>	<p>Ao observarmos o livro da Ata das Sessões da Mesa administrativa da Santa Casa de Misericórdia, identificamos que seu contexto de produção não envolvia apenas o escrivão, pois identificamos que em sua ausência, alguns dos mordomos presentes na reunião ficavam responsáveis por essa função. Verificamos também, que a Ata Administrativa fazia parte dos registros das ocorrências de uma reunião, como assuntos debatidos e decisões tomadas pelos membros da SCM-PB.</p>

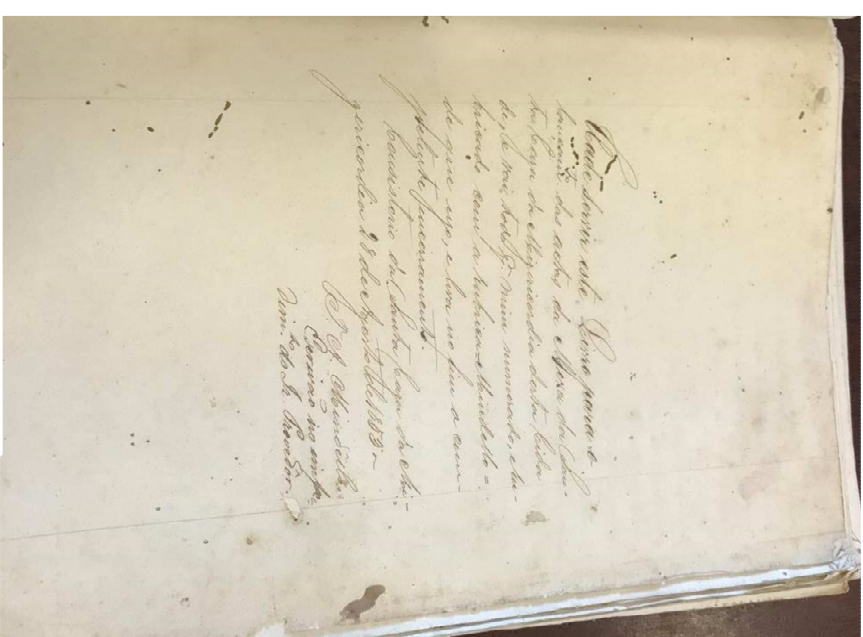
**Fonte:** Autora (2018).

**Figura 2:** 4º volume do Livro das Atas das Sessões da Mesa da Santa Casa de Misericórdia de 1853 a 1860.



Fonte: Arquivo da SCM-PB (2018).

**Figura 3:** Termo de Abertura da Ata Administrativa.



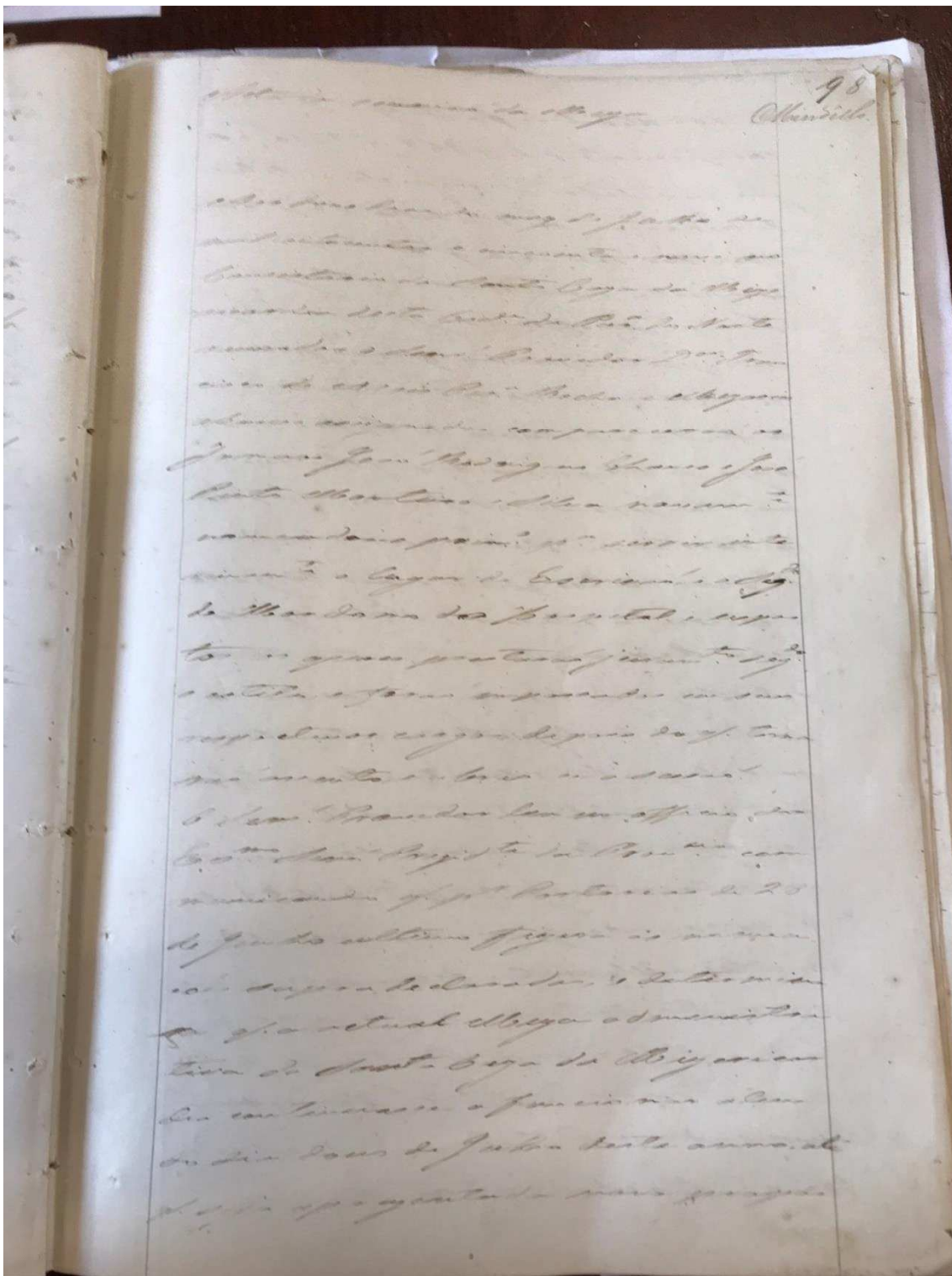
Fonte: Arquivo da SCM-PB (2018).

**Quadro 2:** Documento do 4º volume do Livro das Atas das Sessões da Mesa Administrativa da Santa Casa de Misericórdia de 1853 a 1860.

DOCUMENTO	ELEMENTOS INTERNOS	ELEMENTOS EXTERNOS	ANÁLISE
Ata de reunião que forma o 4º volume do Livro das Atas das Sessões da Mesa Administrativa da Santa Casa de Misericórdia de 1853 a 1860.	<p><b>Protocolo Inicial</b></p> <p>Ata de reunião da Mesa. Aos dois dias do mês de julho de mil oitocentos e cinquenta e nove no consistório da Santa Casa da Misericórdia desta cidade da Paraíba do norte reunidos o senhor Provedor doutor Francisco de Assis Pereira Rocha e mesário abaixo assignado comparecerão os irmãos João Rodrigues Chaves e João Pinto Monteiro e Silva.</p> <p><b>Texto</b></p> <p>O texto trata das nomeações para o cargo de escrivão e de mordomo do hospital. O Provedor leu o ofício do Presidente da provincia, comunicando a portaria de 28 de quatro último figura os nomear a actual Mesa Administrativa da Santa Casa de Misericórdia e, leu o ofício do irmão tesoureiro.</p> <p><b>Protocolo Final</b></p> <p>Nada mais havendo encerrou-se a sessão. Eu Joao Rodrigues Chaves escrivão o escreveis. Assinaturas de Francisco de Assis Pereira Rocha (Provedor), João Rodrigues Chaves (Escrivão), M. dos Presos, João Pinto Monteiro e Silva (M. do Hospital), Manoel Odorico Calvalcante de Albuquerque (M. dos prédios e terras) e Severiano Elyσιο Sousa Gouveia (M. dos Presos).</p>	<p><b>Formato:</b> Folha em estado satisfatória</p> <p><b>Supporte:</b> Papel</p> <p><b>Gênero:</b> Textual</p> <p><b>Forma Documental:</b> Original</p> <p><b>Volume:</b> 1º</p> <p>O documento apresenta-se em estado regular de conservação: folhas amareladas; a escrita é de difícil compreensão, pois a tinta está muito clara e o escrivão fez uso de muitas abreviaturas, o que dificulta a compreensão textual.</p>	<p>Ao observarmos o documento da Ata das Sessões da Mesa administrativa da Santa Casa de Misericórdia, identificamos que seu contexto de produção o escrivão João Rodrigues Chaves, responsáveis por escrever a ata administrativa desse ano compromissal. Verificamos também, que a Ata Administrativa fazia parte dos registros das ocorrências de uma reunião que ocorreu durante o do dia 02 de julho que tratava da nomeação dos cargos de escrivão e o mordomo do hospital.</p>

Fonte: Autora (2018).

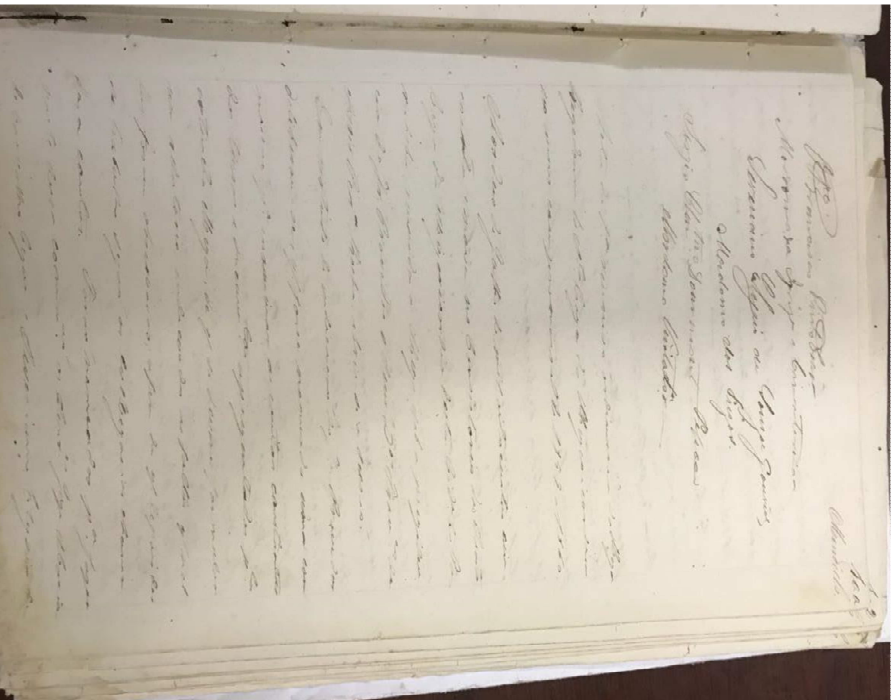
Figura 4: Documento do 4º volume do Livro das Atas das Sessões da Mesa Administrativa da Santa Casa de Misericórdia de 1853 a 1860.



Fonte: Arquivo da SCM-PB (2018).

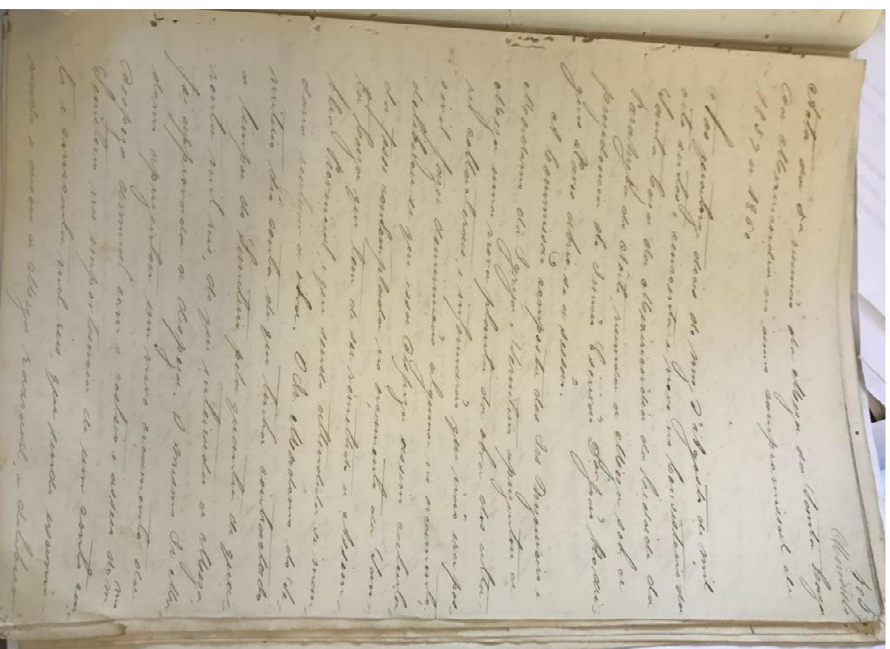
Na produção das Atas Administrativas dentro do período analisado nesta pesquisa, percebemos que ocorria uma variação quanto ao tipo da letra do escrivão em algumas das atas de reunião; outra alteração que acontecia era quanto aos membros que integravam a Mesa Administrativa durante a reunião. Conforme as figuras 5 e 6.

**Figura 5:** 4º volume do Livro de Atas escrivão João Rodrigues Chaves.



Fonte: Arquivo da SCM-PB (2018).

**Figura 6:** 4º volume do Livro de Atas servido de escrivão Serviano Elyzio de Souza Gouvea.



Fonte: Arquivo da SCM-PB (2018).

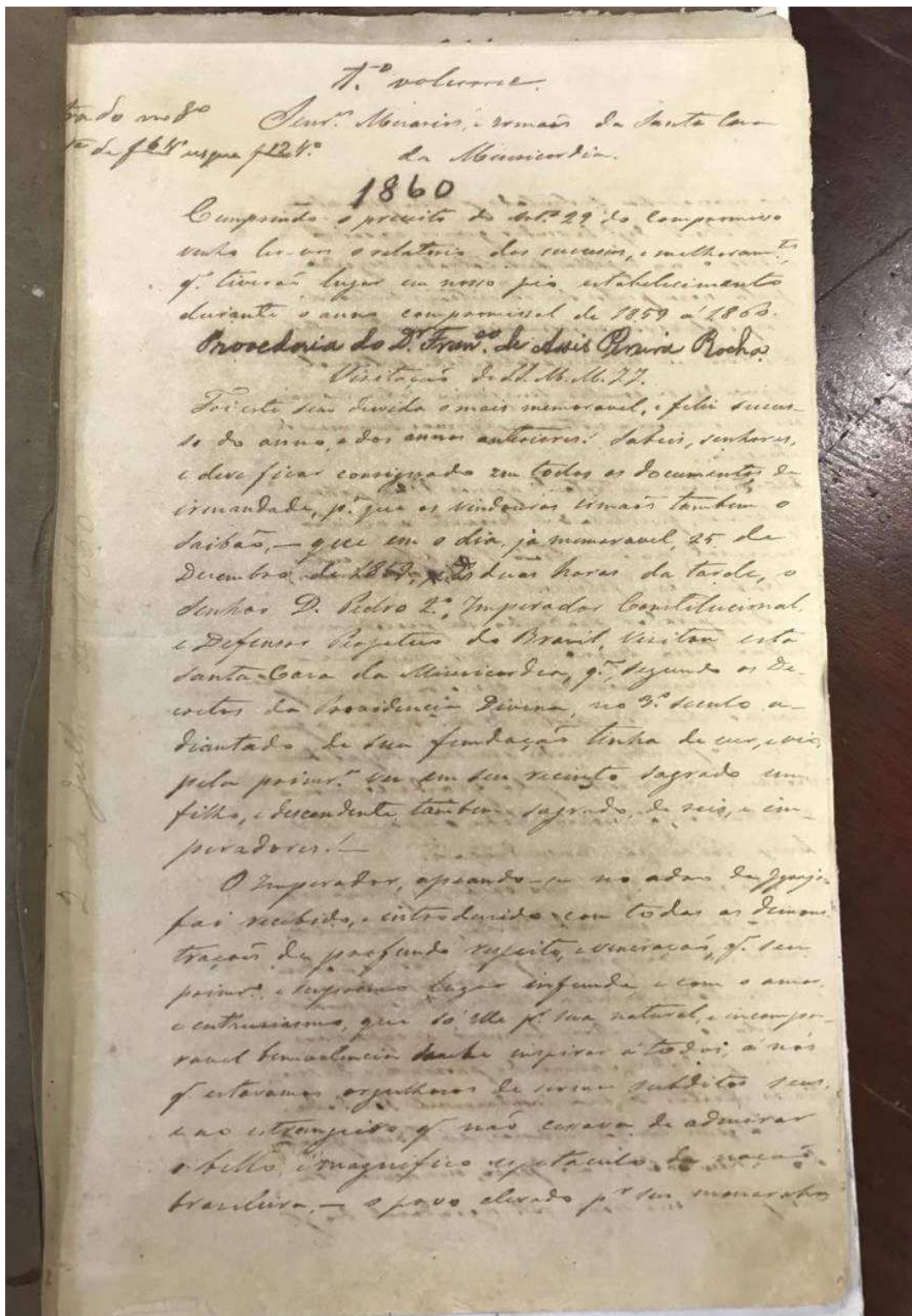
**Quadro 3:** Documento do 2º volume do Relatório dos Provedores da Santa Casa da Paraíba de 1860.

DOCUMENTO	ELEMENTOS INTERNOS	ELEMENTOS EXTERNOS	ANÁLISE
1º volume Senhores mesários e irmãos da Santa Casa de Misericórdia 1860 que forma o “2º volume do Relatório dos Provedores da Santa Casa da Paraíba de 1860 a 1869”	<p><b>Protocolo Inicial</b> Senhores mesários e irmãos da Santa Casa de Misericórdia 1860.</p> <p><b>Texto</b> O texto trata dos acontecimentos durante o ano compromissal daquele período. Relata à visita das majestades imperiais a irmandade onde percorreram pela igreja, no hospital, no cemitério e fizeram uma doação para instituição. Este mesmo relatório informar sobre os ocorridos com o hospital da caridade; a igreja; o cemitério; os presos; os pensionistas; patrimônio e arrecadação de suas rendas; a procuradoria geral; as dívidas passiva e o balanço e orçamento da Santa Casa.</p> <p><b>Protocolo Final</b> Paraíba, 02 de julho de 1860. O provedor Francisco de Assis Pereira Rocha</p>	<p><b>Formato:</b> Folha em estado satisfatória</p> <p><b>Suporte:</b> Papel</p> <p><b>Gênero:</b> Textual</p> <p><b>Forma Documental:</b> Original</p> <p><b>Volume:</b> 1º</p> <p>O documento apresenta o estado regular de conservação; folhas amareladas; possui manchas de tinta no anverso da folha; a escrita é de difícil compreensão.</p>	<p>Ao observamos o documento do Relatório dos Provedores da Santa Casa da Paraíba de 1860, identificamos que seu contexto de produção só envolvia apenas o Provedor Francisco de Assis Pereira Rocha. Verificamos também que este documento era uma súmula do que ocorria durante o ano compromissal na Santa Casa.</p>

Fonte: Autora (2018).



**Figura 7:** Documento 2º volume do Relatório dos Provedores da Santa Casa da Paraíba de 1860.



Fonte: Arquivo da SCM-PB (2018).

### **5.3 Análises comparativas entre as Atas Administrativas do ano compromissal de 1859 a 1860 e o Relatório de Provedoria de 1860**

Os documentos que são custodiados por um arquivo são relevantes, visto que, independente de seu suporte ou forma, são fundamentais para entidades que produzem e recebem os documentos, considerando o valor de sua informação ou prova no decorrer de suas atividades de desenvolvimento (BELLOTTO, 2002). Portanto, convém elucidar que as Atas da Mesa Administrativas e os Relatórios de Provedoria exerciam a função de relatar os fatos administrativos que ocorriam durante o ano compromissal, seja a partir das reuniões frequentes da entidade ou da última reunião do ano compromissal, o qual sempre tinha início no dia 02 de julho, indo até o ano seguinte do mesmo dia e mês. As Atas eram escritas sempre no começo de cada ano, quando a nova administração entra em vigência, eram produzidas pelo escrivão nomeado para uma nova gestão e os Relatórios de Provedoria eram produzidos no final do ano compromissal pelo Provedor que estivesse assumido a direção da Santa Casa.

Todas as Atas e Relatórios manuscritos estão reunidos em livros. Os registros das Atas estão reunidos em um conjunto de sete livros, os quais abrangem os anos de 1833 a 1964; todos estão devidamente numerados e rubricados e encontram-se guardados em uma caixa de poliondas. O conjunto de 07 livros são os seguintes:

- 2º volume Livro das Atas dos anos de 1833 de agosto a 1844 de janeiro. Este documento está em um estado grave de degradação devido às manchas, rasgos e furos, causados pela ação do tempo e falta de conservação;
- 3º volume Livro das Atas das sessões da Mesa Administrativa da Santa Casa de Misericórdia, de fevereiro de 1844 a julho de 1853. Este documento possui 197 folhas;
- 4º volume Livro das Atas das sessões da Mesa Administrativa da Santa Casa de Misericórdia, de agosto de 1853 a julho de 1860 de julho. O livro contém 130 folhas;

- Atas da Santa Casa de 1860 de agosto a 1873 de março com 173 folhas;
- Atas das sessões da Mesa Administrativa da Santa Casa de Misericórdia da cidade da Paraíba dos anos de 1893 de maio a 1897 de maio. O livro é formado por 151 folhas;
- Ata da Conferência da Santíssima Trintada dos anos de 1932 de julho a 1944 de setembro, contendo 200 folhas;
- Ata de Confraternização do Sagrado Coração de Jesus dos anos de 1958 de junho a 1964 de setembro, contendo 100 folhas.

Os relatórios citados estão em uma coleção de 06 livros, entre os anos de 1853 a 1905, acondicionados em caixa poliondas.

São eles:

- 1º volume Relatórios dos Provedores da Santa Casa da Paraíba dos anos 1853 a 1857;
- 2º volume Relatórios dos Provedores da Santa Casa da Paraíba dos anos 1860 a 1869;
- 3º volume Relatórios dos Provedores da Santa Casa da Paraíba dos anos 1874 a 1879;
- 4º volume Relatórios dos Provedores da Santa Casa da Paraíba dos anos 1880 a 1889;
- 5º Relatório dos anos de 1890 a 1891 do doutor Maximiano José de Injoza Varejão Santa Casa da Parahyba;
- Livro de Registro de Relatório de 1891 a 1905.

A pesquisa analisou apenas o 4º volume do livro das Atas da Mesa Administrativa e o 2º volume dos Relatórios dos Provedores. Estes documentos contêm informações acerca do Hospital da Caridade, dos expostos, da igreja, do cemitério, dos presos, dos pensionistas, dos orçamentos da Santa Casa, das obras realizadas pela instituição entre outros. Através dessas informações foi possível detectar as similaridades ou diferenças existentes nos documentos analisados.

Para uma melhor compreensão da análise comparativa das tipologias/espécies pesquisadas, elaboramos dois quadros como forma de apresentar as informações análogas a ambos os documentos, assim como as

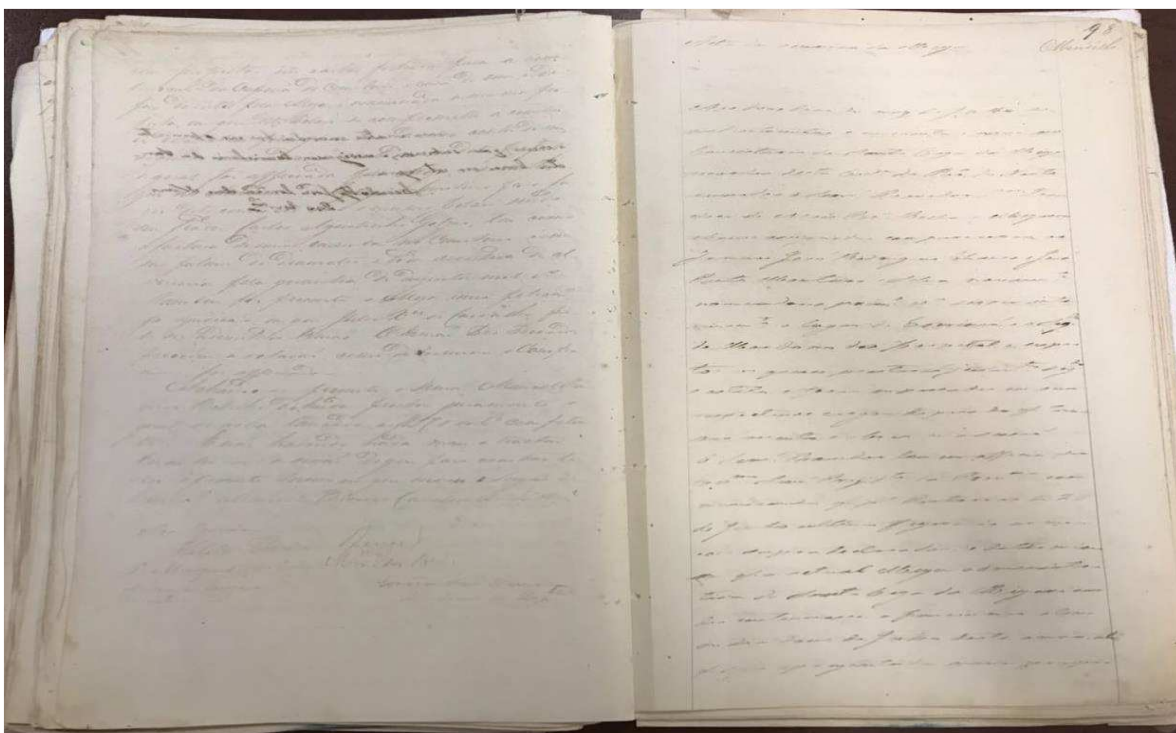
informações contidas nas Atas Administrativas do ano compromissal de 1859 a 1860, mas que não se encontram no Relatório de Provedoria de 1860 e vice-versa. Evidenciamos que as análises realizadas, são de algumas Atas Administrativas e nos Relatórios de Provedoria produzidos na delimitação temporal idealizada para esta pesquisa.

**Figura 8:** Livros de Atas.



Fonte: Arquivo da SCM-PB (2018).

**Figura 9:** Aspecto interno do Livro de Atas Administrativas dos anos de 1853 a 1860.



Fonte: Arquivo da SCM-PB (2018).

As Atas da Mesa Administrativas do ano compromissal de 1859 a 1860 e o Relatório de Provedoria de 1860 que serviram para esta pesquisa apresentam informações semelhantes, como mostra o quadro que se segue.

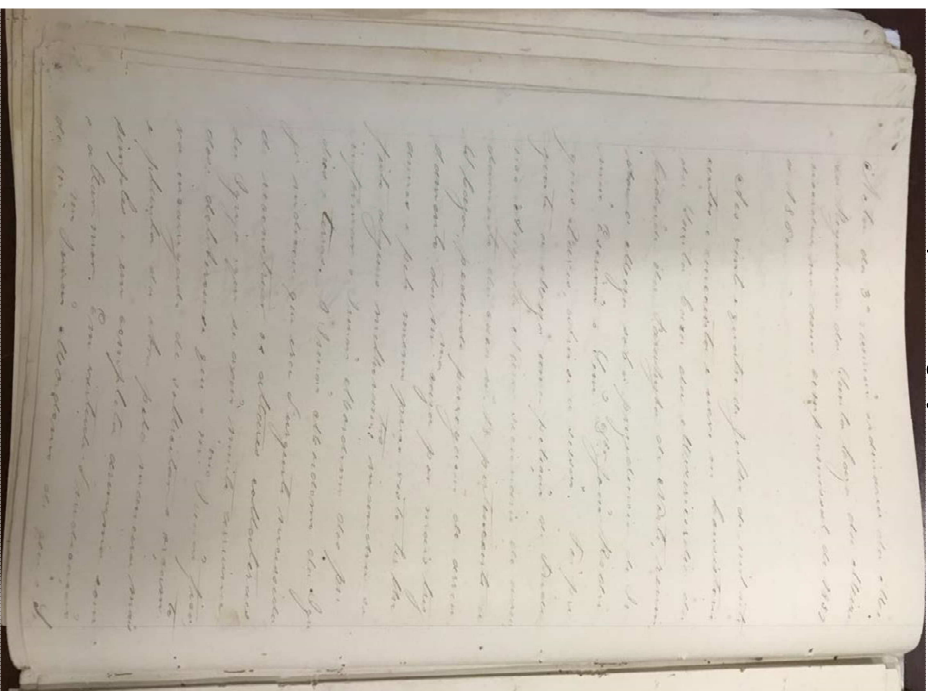
**Quadro 4:** Informações semelhantes entre as Atas Administrativas do ano compromissal de 1859 a 1860 e o Relatório de Provedoria de 1860.

<b>Informações Semelhantes</b>	
<b>Ata Administrativa</b>	<b>Relatório de Provedoria</b>
O Mordomo da igreja falou da necessidade de reparos nos altares da igreja na reunião do dia 24 de julho do ano compromissal de 1859 a 1860.	O Provedor descreve que foram efetuados os reparos da igreja.
No dia 27 de dezembro do ano compromissal de 1859 a 1860 daquele ano fez-se ciente à Mesa Administrativa que no dia 25 daquele mês, pelas duas horas da tarde, ocorreu a visita do Imperador na Santa Casa de Misericórdia da Paraíba.	O Provedor inicia o seu relatório descrevendo a visita de D. Pedro II na instituição da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba, o qual visitou a igreja, o Hospital da Caridade e o cemitério.
No dia 31 de dezembro do ano compromissal de 1859 a 1860 foi registrado na Ata Administrativa a doação de seis contos de réis feita pelo imperador D. Pedro II para a Santa Casa, o que se fez constar ao Mordomo tesoureiro.	O Provedor relata a doação, de seis contos de réis, feito pelo Imperador D. Pedro II.

**Fonte:** Autora (2018).

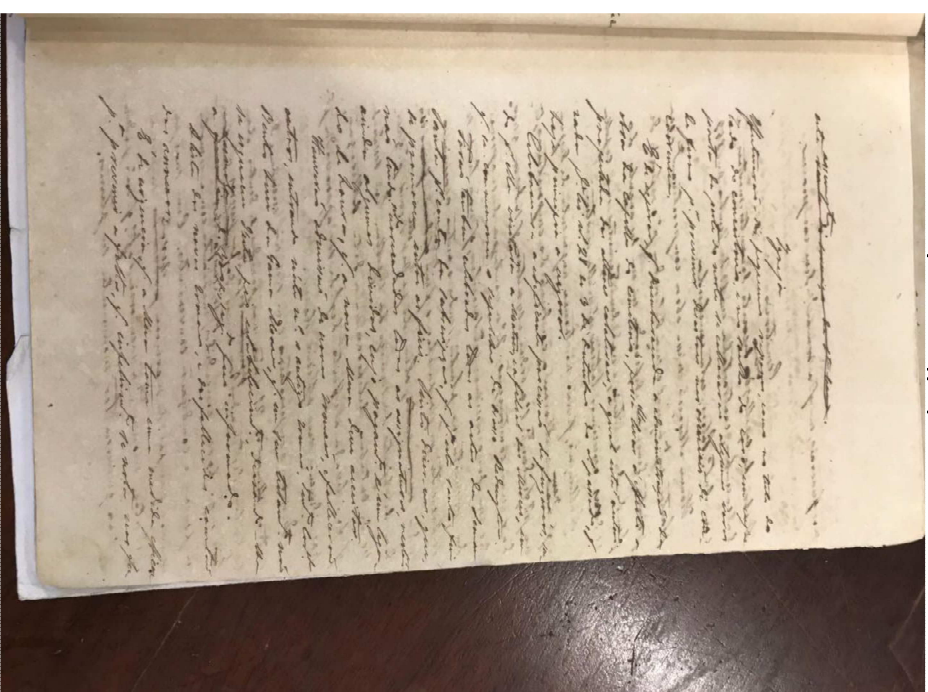
As figuras (10 a 15) das Atas Administrativas do ano compromissal de 1859 a 1860 e o Relatório da Provedoria de 1860 que se segue, comprovam a existência dessas semelhanças.

**Figura 10:** Ata do dia 24 de julho que relata a necessidade do reparo da igreja.



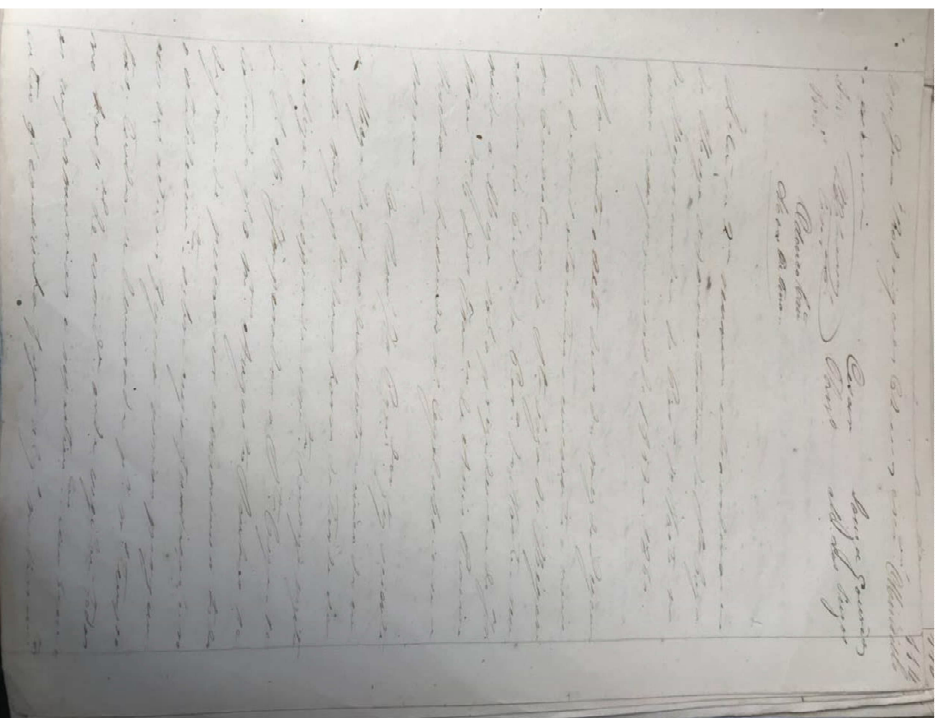
Fonte: Arquivo da SCM-PB (2018).

**Figura 11:** Relatório de Provedoria que aborda a necessidade do reparo da igreja.



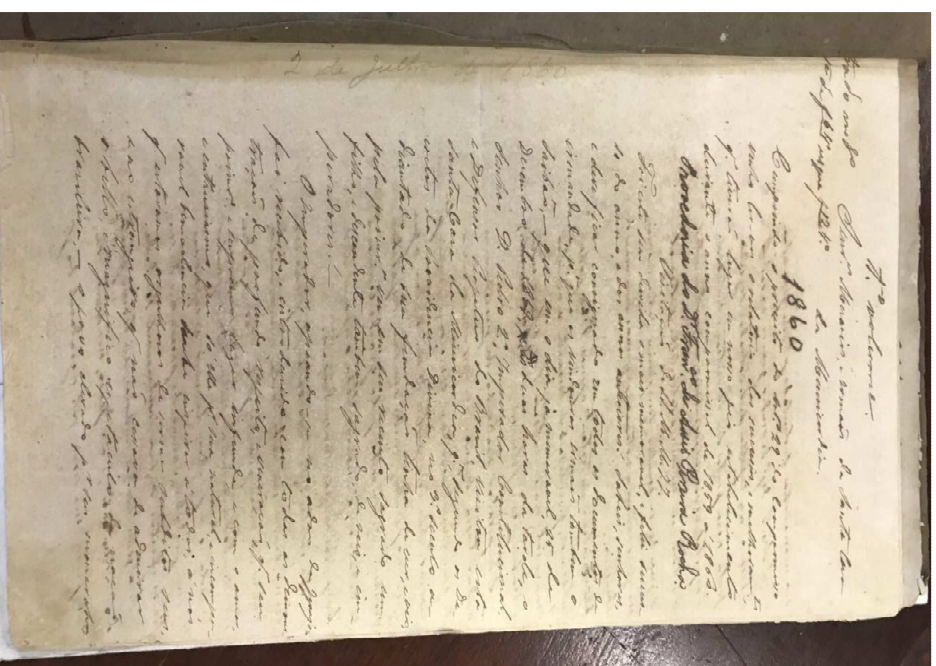
Fonte: Arquivo da SCM-PB (2018).

**Figura 12:** Ata do registro da visita do imperador D. Pedro II.



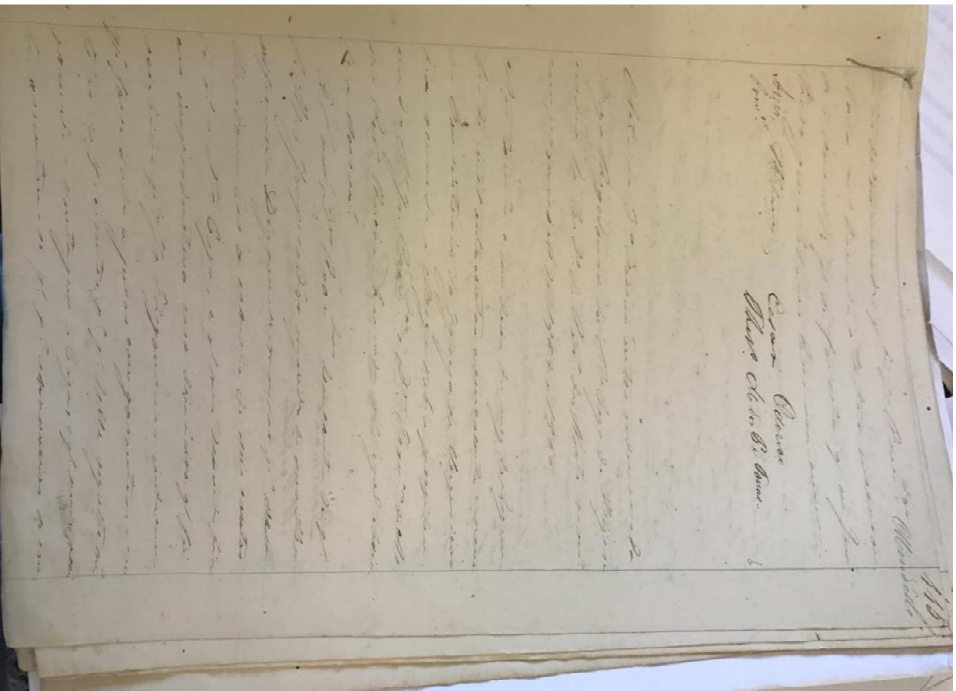
Fonte: Arquivo da SCM-PB (2018).

**Figura 13:** Relatório de Provedoria início do relato da visita de D. Pedro II.



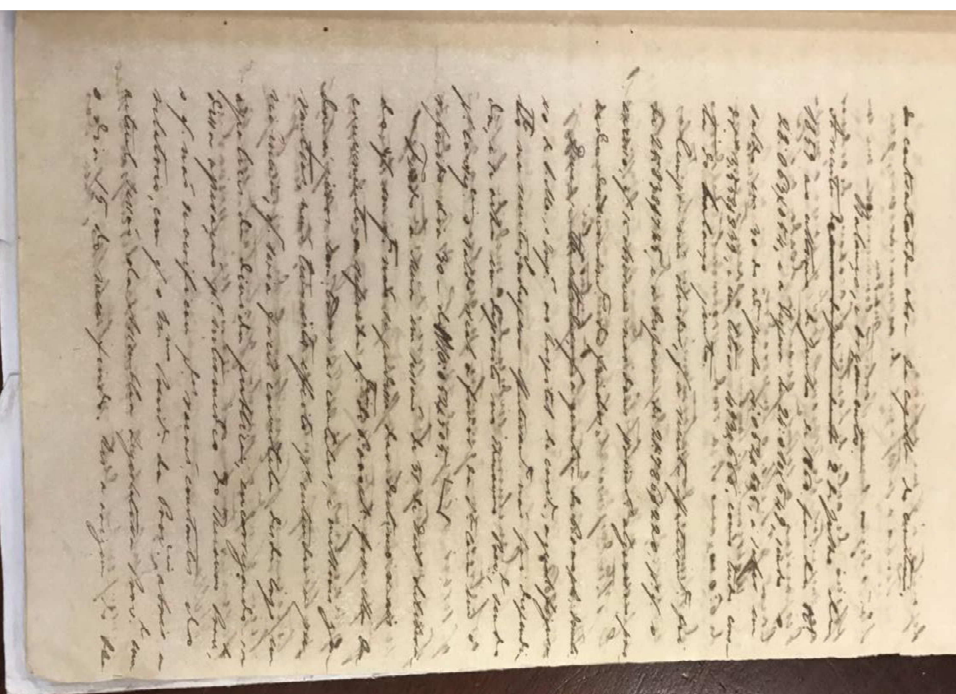
Fonte: Arquivo da SCM-PB (2018).

**Figura 14:** Ata do dia 31 de dezembro registro da doação do Imperador D. Pedro II para Santa Casa.



Fonte: Arquivo da SCM-PB (2018).

**Figura 15:** Relatório de Provedoria o relato da doação de D. Pedro II para Santa Casa.



Fonte: Arquivo da SCM-PB (2018).



As atas e os relatórios da Santa Casa são documentos testemunhais de assentamento. Abaixo um quadro com algumas das diferenças das informações contidas nas Atas Administrativas do ano compromissal de 1859 a 1860 e o Relatório de Provedoria de 1860.

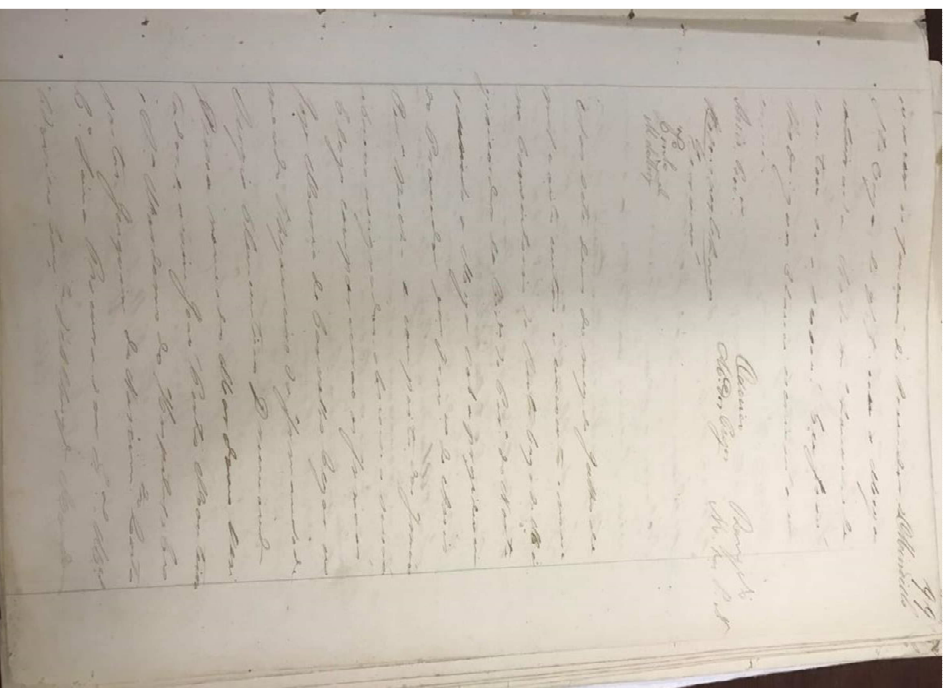
**Quadro 5:** Diferenças entre as Atas Administrativas do ano compromissal de 1859 a 1860 e o Relatório de Provedoria de 1860.

<b>Informações contidas na Ata Administrativa do ano compromissal de 1859 a 1860</b>	<b>Informações contidas no Relatório de Provedoria de 1860</b>
A primeira e a segunda Ata Administrativa do ano compromissal de 1859 a 1860 apresentam a nomeação de irmãos que assumiriam os cargos da Mesa Administrativa conforme determinava o art.40 do compromisso, onde todos prestariam juramento.	O Relatório menciona que a visita da Imperatriz à Igreja da Misericórdia, ocorreu no dia 27 de dezembro, pela manhã.
Na Ata do dia dez de julho do ano compromissal de 1859 a 1860 o Provedor nomeou uma comissão para examinar as contas constantes dos livros e documentos apresentados pela Mesa Administrativa.	Informações sobre o aumento dos doentes que estavam sendo tratados no Hospital da Caridade.
A ata do dia vinte e quatro de julho do ano compromissal de 1859 a 1860 relatou que foi feita uma petição de arrendamento, a Mesa Administrativa, da casa 18, pertencente à Santa Casa.	A percentualidade da mortalidade dos doentes ocorridas naquele ano, assim como dos sepultamentos que ocorreram naquele período.
A ata do dia quatorze de agosto do ano compromissal de 1859 a 1860 relata que o irmão Júlio da Costa, tesoureiro, recebeu indevidamente, um abono de vinte mil reis devido a um erro de soma nos lançamentos de despesas do livro caixa das folhas 19 e 30.	Informações sobre o patrimônio da Santa Casa e das arrecadações monetárias efetuadas pela instituição.
Na ata do dia onze de setembro do ano compromissal de 1859 a 1860 o mordomo do cemitério fez ciente a Mesa Administrativa que os trabalhadores que foram contratados para limpeza do cemitério, abandonaram suas atividades, deixando o serviço pela metade, levaram as ferramentas, sendo que os mesmos já tinham recebido uma quantia de trinta foros de reis. O mesmo mordomo mandou que os mesmos fossem procurados para conclusão do serviço e devolução das ferramentas.	O Provedor descreve que o Procurador Geral relatou que pendem em juízo, três causas que afetariam os interesses da Santa Casa.
O irmão tesoureiro apresentava em na grande maioria das atas do ano compromissal de 1859 a 1860 as notas da receita e das despesas semanais e, quanto constava de saldo em dinheiro.	Fala sobre o balanço e orçamento geral daquele ano compromissal da Santa Casa.

**Fonte:** Autora (2018).

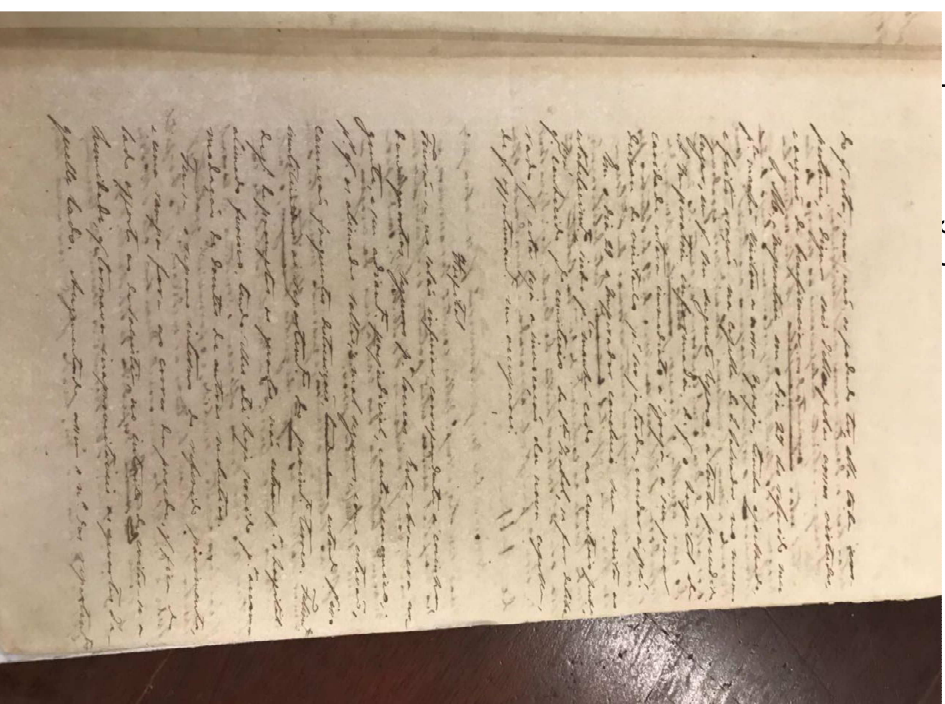
A partir desse quadro, nos foi possível compreender que o relatório é importante sim, porém é uma complementação das atas, pois elas trabalham com o dia a dia, são mais funcionais e os problemas são diários e semanais da Santa Casa. É importante para o pesquisador fazer leituras em ambos os tipos documentais. A seguir, apresentamos as figuras (16 a 27) das Atas Administrativas do ano compromissal de 1859 a 1860 e o Relatório da Provedoria de 1860, com as diferenças entre os documentos analisados.

**Figura 16:** Ata da nomeação dos cargos da mesa administrativa da Santa Casa.



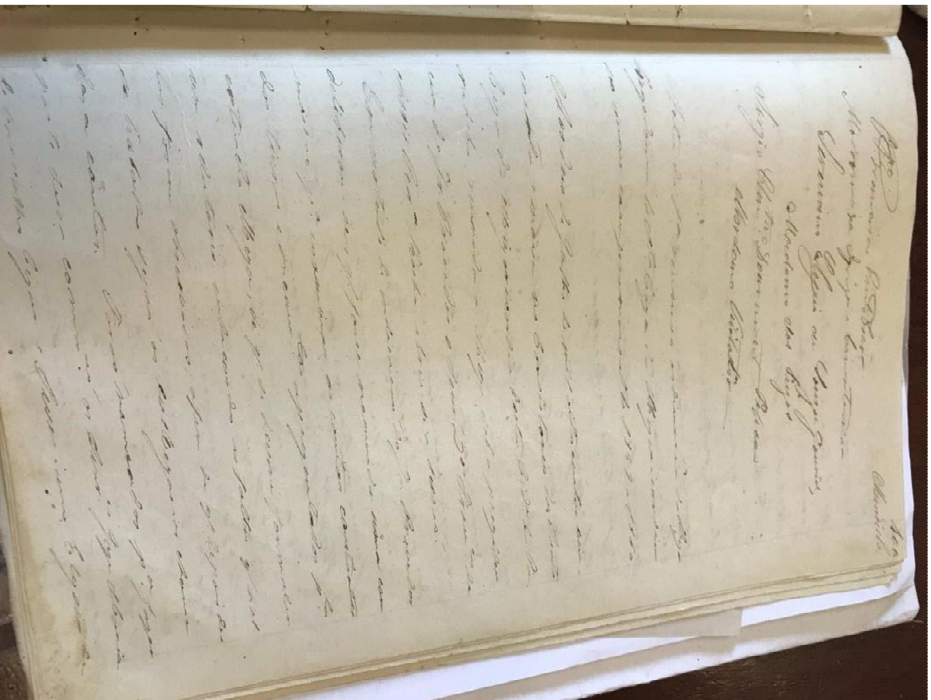
Fonte: Arquivo da SCM-PB (2018).

**Figura 17:** Relatório de Provedoria o relato da visita da imperatriz a igreja Santa Casa da Misericórdia.



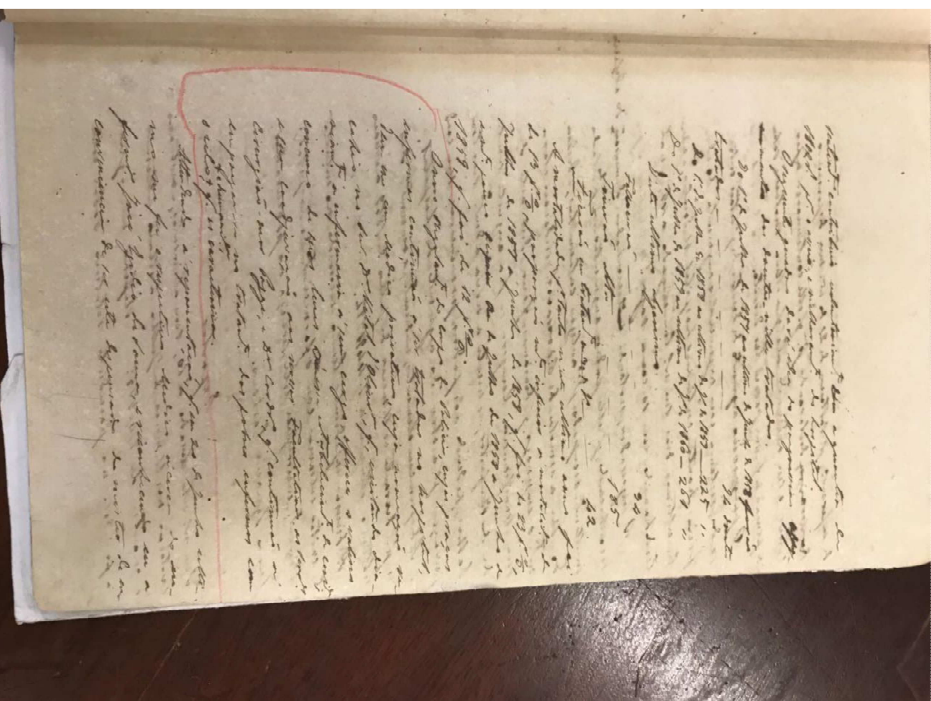
Fonte: Arquivo da SCM-PB (2018).

**Figura 18:** Ata do dia 10 de julho o Provedor nomeia uma comissão.



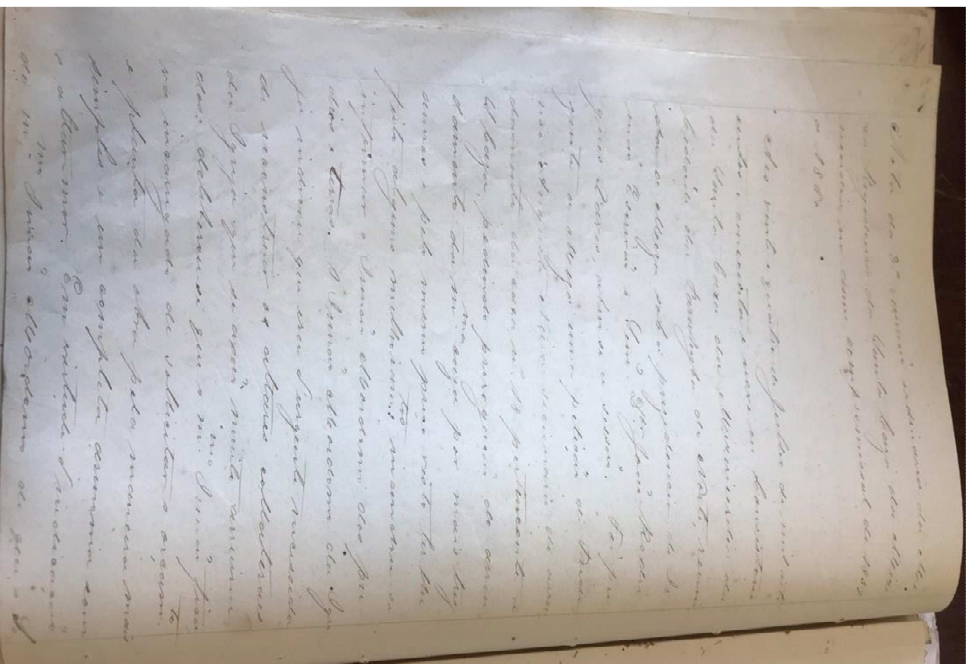
Fonte: Arquivo da SCM-PB (2018).

**Figura 19:** Relatório de Provedoria mostrando o aumento dos doentes tratados pelo hospital de caridade.



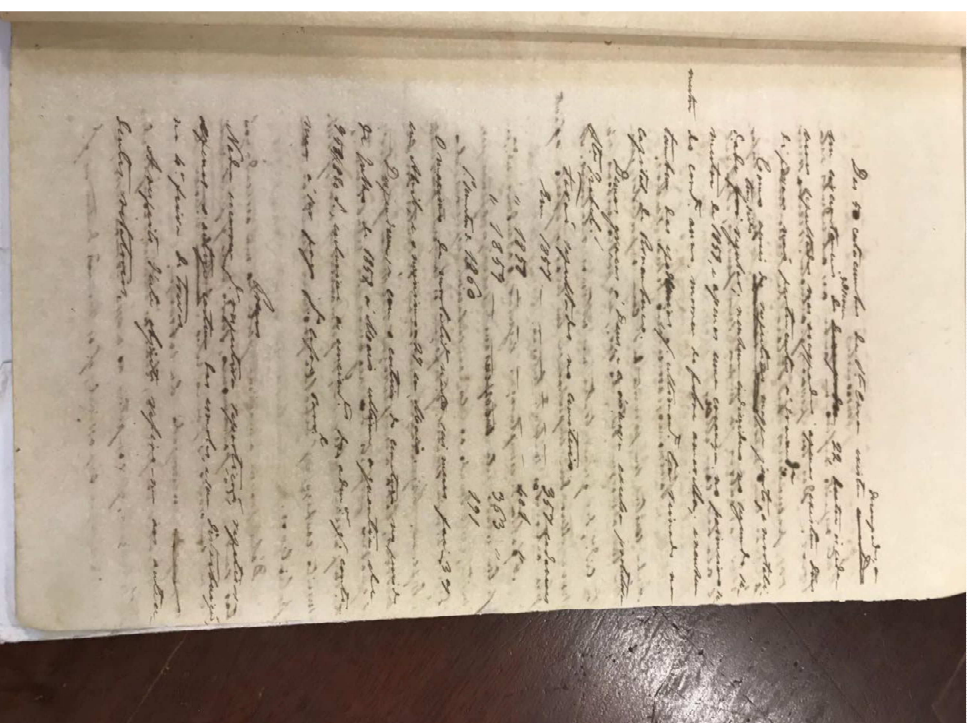
Fonte: Arquivo da SCM-PB (2018).

Figura 20: Ata do dia 24 de julho petição do arrendamento.



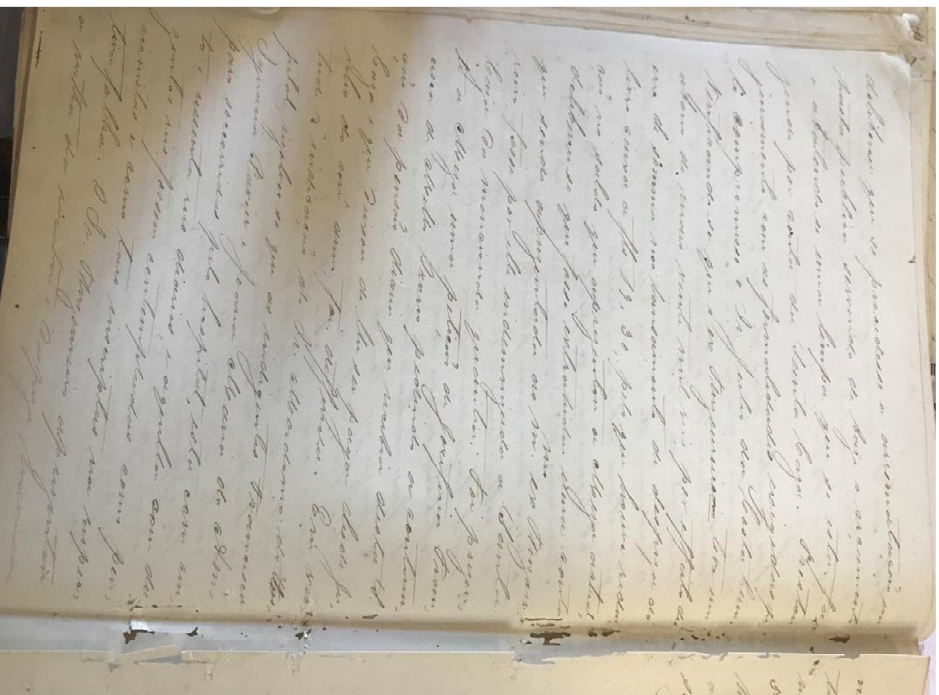
Fonte: Arquivo da SCM-PB (2018).

Figura 21: Relatório de Provedoria a porcentagem da mortalidade.



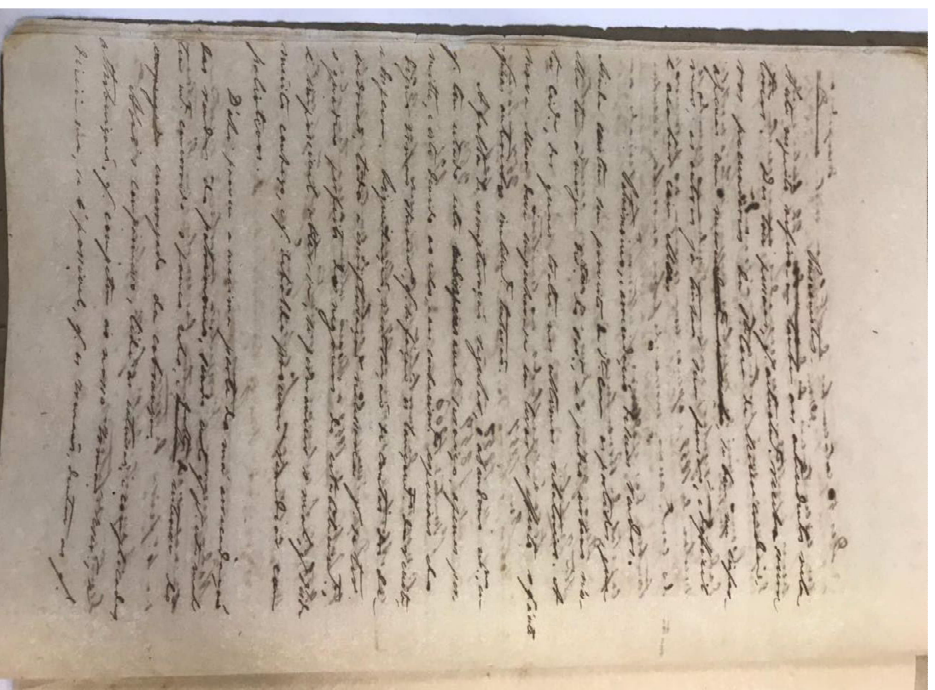
Fonte: Arquivo da SCM-PB (2018).

**Figura 22:** Ata do dia 14 de agosto o abono de vinte mil reis.



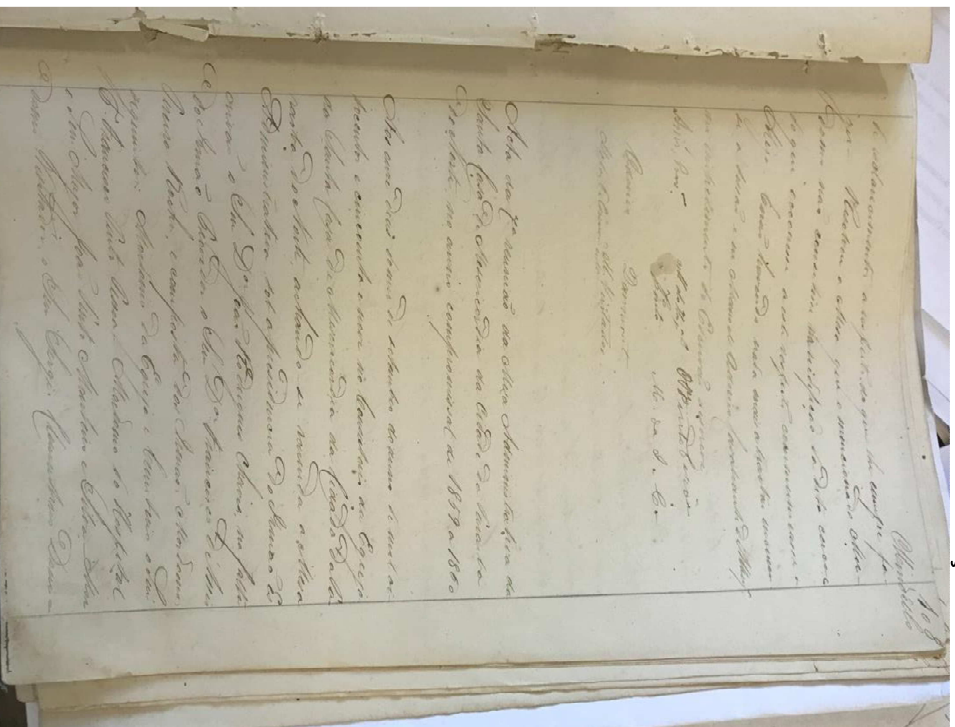
Fonte: Arquivo da SCM-PB (2018).

**Figura 23:** Relatório de Provedoria apresentando o patrimônio e arrecadação.



Fonte: Arquivo da SCM-PB (2018).

**Figura 24:** Ata do dia 11 de setembro o relato do Mordomo do cemitério do abandono do serviço contratado.



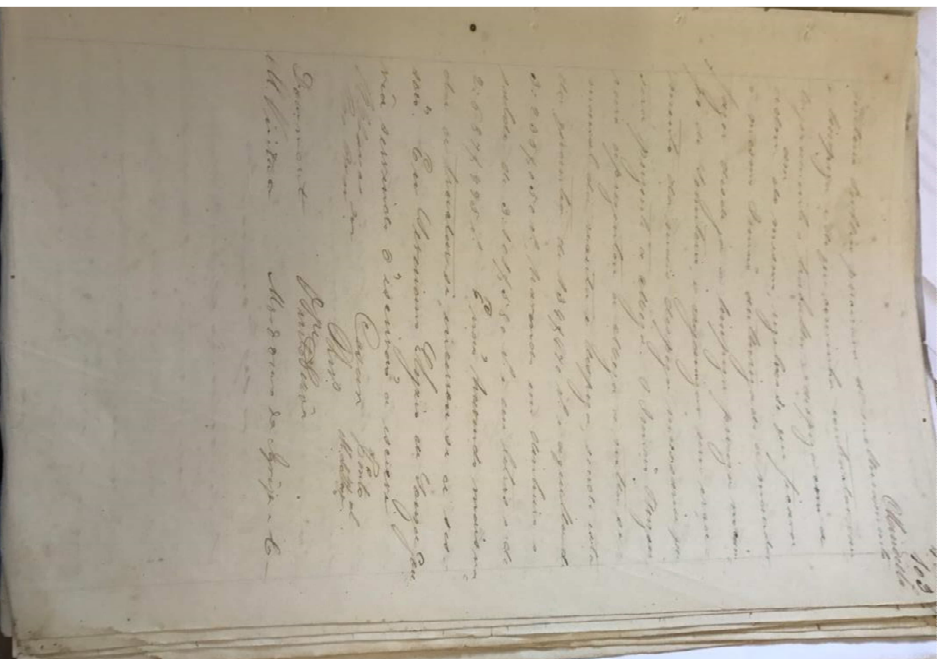
Fonte: Arquivo da SCM-PB (2018).

**Figura 25:** Relatório de Provedoria mostra o procurador geral relatando três pendências em juiz.



Fonte: Arquivo da SCM-PB (2018).

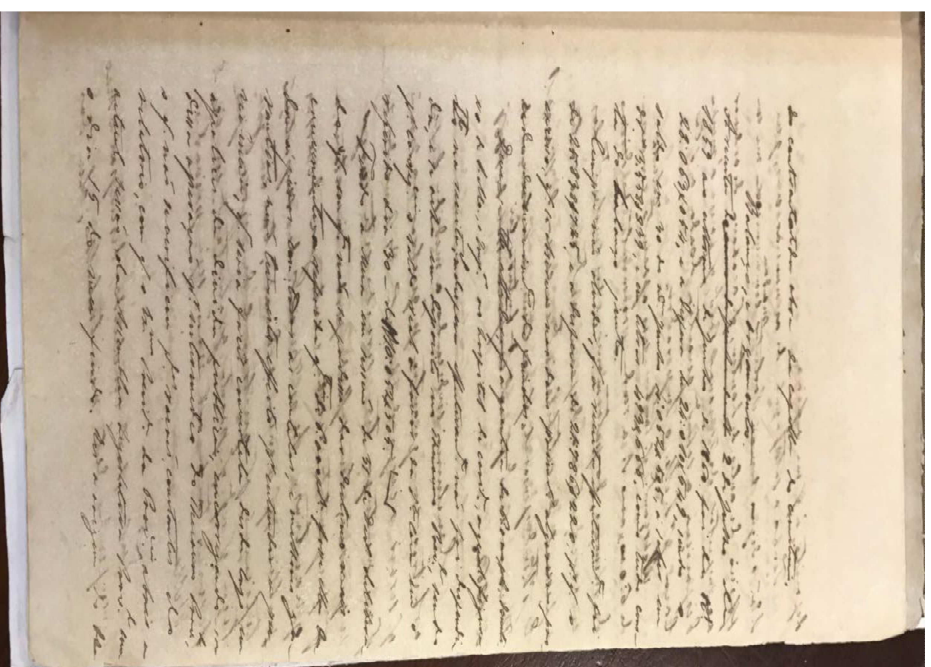
**Figura 26:** Ata o irmão tesoureiro prestando conta semanal.



A handwritten page from a ledger, likely a weekly account report. The text is written in a cursive script and is organized into columns. At the top right, there is a date "14 de Maio de 1888". The page contains several lines of text, with some words written in a larger, bolder script, possibly indicating headings or important entries. The handwriting is dense and fills most of the page.

Fonte: Arquivo da SCM-PB (2018).

**Figura 27:** Relatório de Provedoria o relato do balanço e orçamento geral da Santa Casa.



A handwritten page from a report, likely a general balance and budget report for the Santa Casa. The text is written in a cursive script and is organized into columns. At the top right, there is a date "14 de Maio de 1888". The page contains several lines of text, with some words written in a larger, bolder script, possibly indicating headings or important entries. The handwriting is dense and fills most of the page.

Fonte: Arquivo da SCM-PB (2018).



## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O APSCM-PB é composto por documentos de extrema relevância assim como as Atas Administrativas e os Relatórios de Provedoria. Os documentos analisados são reveladores e proporcionaram um conhecimento em maior profundidade sobre os modos das ações da Santa Casa naquele período. O conteúdo dos documentos evidenciam as praticas da irmandade em seus cargos e informações sobre os cidadãos da província.

Conseguimos com esta pesquisa associar os conhecimentos teóricos com os práticos. Desta forma, observamos e realizamos a análise da Diplomática e Tipológica dos documentos analisados, identificando todas as partes que o formam (Protocolo inicial, Texto, Protocolo Final), como seguem a sequência dos dados proposto por Bellotto (2002) no livro Como fazer Análise Diplomática e Análise Tipológica de Documentos de Arquivo. A análise também mostrou que o objetivo precípua da Diplomática com a tipologia documental é a informação registrada, pois tal característica possibilita comprovação de fatos e atos auxiliando no processo de pesquisa.

O uso da técnica da paleografia demonstrou ser um suporte adequado para esta pesquisa durante o processo das transcrições das atas, pois este possibilitou a leitura documental e regras para sua reprodução do documento.

Os usos das técnicas da Diplomática e da Paleografia demonstram a interdisciplinaridade inerente a Arquivologia. Em nosso processo de pesquisa também foi fundamental a utilização de ambas as técnicas. Assim, apontamos também uma questão inerente a Arquivologia: sua interdisciplinaridade para a efetivação das suas funções de organização dos documentos.

A análise comparativa permitiu compreender que as atas e os relatórios da Santa Casa se complementam, pois as atas trabalham com o dia a dia, com as questões dos problemas diários e semanal da instituição e ainda são mais funcionais, já os relatórios são a súmula dos fatos ocorridos durante o ano compromissal. Entendemos, portanto, que é relevante que o pesquisador durante sua pesquisa faça leituras em ambas as tipologias/espécies citadas acima, pois existem informações que só encontraremos na ata ou no relatório.

A pesquisa permitiu concluir que o reconhecimento e o estudo dos tipos documentais possibilitou um olhar mais amplo dos documentos

gerados/acumulados durante o período da província na Santa Casa de Misericórdia. A pesquisa também mostrou a relevância e a influência que essa irmandade exercia nos vários setores da sociedade deste período, como o atendimento aos enfermos, aos doentes mentais, as crianças abandonadas e o cemitério. Não podemos deixar de destacar que essa pesquisa procedeu com os documentos que mantêm viva a memória social e instrucional da SCM-PB que na atualidade cumpre apenas os deveres da Igreja.

Em nossa percepção, os objetivos da pesquisa foram alcançados, os resultados foram satisfatórios e permitiram o conhecimento de como funcionava a instituição através dos documentos analisados, os quais pertencem ao acervo da Santa Casa da Misericórdia da Paraíba.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Gerlane Farias. **A Santa Casa de Misericórdia da Parahyba do Norte: o trabalho hospitalar através dos relatórios de provedoria (1858-1892)**. In: Encontro Regional Nordeste de História Oral. 11. , 2017, Fortaleza, CE. *Anais...* Universidade Federal do Ceará, 2017. Disponível em: <  
<http://www.nordeste2017.historiaoral.org.br/site/anaiscomplementares2#G>> Acesso em: 25 de fev. de 2018

ARAUJO, Marta de Oliveira. **Arquivos Hospitalares da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba**. 2017, 116 f. Monografia, 2017, Universidade Estadual da Paraíba.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Como fazer Análise Diplomática e Análise Tipológica de Documento de Arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 2002. (Projeto como fazer, 8)

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivo Permanente: Tratamento Documental**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Diplomática e Tipologia documental em arquivos**. Brasília, DF: Briquet ed Lemos/Livro, 2008.

BERWANGER, Ana Regina; LEAL, João Eurípedes Flanklin. **Noções de Paleografia e Diplomática**. 3 ed. Santa Maria: UFSM, 2008.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO, Heloisa Liberalli. *Dicionário de terminologia arquivística*. São Paulo: Secretaria da Cultura, 1996.

DURANTI, Luciana. **Diplomática: nuevos usos para uma antiga ciência**. Carmona, Sevilla: S&V Ediciones, 1995.

GAIO, R.; CARVALHO, R.B.; SIMÕES, R. **Métodos e técnicas de pesquisa: a metodologia em questão**. In: GAIO, R. (org.). *Metodologia de pesquisa e produção de conhecimento*. Petrópolis, Vozes, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 4ed. São Paulo: Altas, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Método e Técnica de Pesquisa Social**. 5ed. São Paulo: Altas, 2008.

JORDAN, Victor Hugo Arévalo. **Introducción a la Paleografía Hispanoamericana**. Ediciones del Sur, Mayo de 2003.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de Pesquisa:** planejamento e execução das pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1991.

LOPES, Luís Carlos. **A nova arquivística na modernização administrativa.** Brasília: Projeto Editorial/Annabel Lu, 2013.

MARCONI, Mariana Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 1990.

MARTINS, Gilberto de Andrade, THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas.** 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e Pesquisa Científica em Ciências Sociais.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MOURA, Rafaela Karoline Galdêncio de; ARAÚJO, Francisco de Assis Noberto Galdino de. **Preservação da memória através da fotografia e sua disseminação para a comunidade universitária no âmbito da AGECOM/UFRN.** Rev. Inf. na Soc. Contemp., Natal, RN, v.1, n.3, jul/dez., 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/informacao/article/view/11123/8501>>. Acesso em: 25 mar. 2018

PAES, Marilena Leite. **Arquivo:** Teoria e Prática. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do Trabalho Científico:** Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico. 2.ed. Novo Hamburgo: Feevale.

RODRIGUES, Ana Célia. **Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos.** 2008. Tese (Programa de Pós-Graduação em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em:<[http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde27112008-151058/publico/TESE\\_ANA\\_CELIA\\_RODRIGUES.pdf](http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde27112008-151058/publico/TESE_ANA_CELIA_RODRIGUES.pdf)>. Acesso em: 24 jan. 2018

RONDINELLI, Rosely Curi. **Gerenciamento Arquivístico de documentos eletrônicos: uma abordagem teórica da diplomática arquivística contemporânea**. Rio de Janeiro. Ed. FGV, 2007

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

SANTOS, Vanderlei Batista dos; INARELLI, Humberto Celeste; SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de (Orgs.). **Arquivística: Temas Contemporâneos**. 3. ed. Brasília, DF: SENAC, 2009.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. ed. rev. e atualizada. São Paulo: Cortez, 2007.

SEIXAS, Wilson Nóbrega. **Santa Casa de Misericórdia da Paraíba 385 anos**. João Pessoa: Gráfica Marta, 1987.

SILVA, Nereida Soares Martins da. **Santa Casa dos Mortos: Ritos fúnebres, misericórdia e relação de poder na Paraíba oitocentista**. In: 2º SIMPOSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DAS RELIGIOES ABHR DA UNIVERSIDADE DE SANTA CATARINA, 2., 2016. Florianópolis, Disponível em: <  
[http://www.simposio.abhr.org.br/resources/anais/6/1473987883\\_ARQUIVO\\_TrabalhocompletoformatadoABHR2016.pdf](http://www.simposio.abhr.org.br/resources/anais/6/1473987883_ARQUIVO_TrabalhocompletoformatadoABHR2016.pdf)>. Acesso 17dez. 2017.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CORDOVA, Fernanda Peixoto. **A pesquisa científica**. In: GERHART, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (org.) *Métodos de Pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. P. 31-42.

TEIXEIRA, Daniela Machado. **Transcrição Paleográfica de Documentos Eclesiásticos do Século XVIII do Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre**. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao programa de graduação em Arquivologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2015.